

**O IMPACTO DO CONTEXTO PARTIDÁRIO DOS  
EXECUTIVOS GOVERNATIVOS NA EVOLUÇÃO DO PIB  
NACIONAL DESDE A ENTRADA DE PORTUGAL NA  
ZONA EURO**

António Pedro Tojal Nunes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Gestão

Orientadora:  
Mestre Jamila Bárbara Madeira e Madeira

outubro 2016

O IMPACTO DO CONTEXTO PARTIDÁRIO DOS EXECUTIVOS GOVERNATIVOS NA  
EVOLUÇÃO DO PIB NACIONAL DESDE A ENTRADA DE PORTUGAL NA ZONA EURO

**António Pedro Tojal Nunes**

- Lombada -

# O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

## **Resumo**

Num mundo global marcado pelo poder financeiro e económico, o PIB é um indicador essencial para ajudar a compreender a riqueza gerada por um país em determinado ano. Assim, de forma a caracterizar a economia portuguesa e o seu desempenho nos últimos anos, é fundamental compreender a evolução dos valores do PIB Nacional ao longo do tempo.

Para além de explicar o percurso do PIB em Portugal, no período entre 2002 e 2011, este estudo pretende analisar, no mesmo âmbito cronológico, o desempenho dos diferentes executivos governativos, e medir o seu impacto no comportamento deste indicador económico.

Tendo como base as opções tomadas pelos diferentes executivos, pretendeu-se estabelecer uma ligação entre a variação do PIB Nacional e a variação do Investimento Público, procurando também perceber-se a relação entre áreas da governação privilegiadas e a família ideológica de quem governa.

Os diferentes comportamentos do Investimento Público, do PIB e de algumas áreas da governação foram testados como hipóteses em função da ideologia política presente no executivo governativo.

Com este estudo é possível compreender a capacidade de criação de riqueza da economia portuguesa e o seu contexto político-ideológico entre 2002 e 2011.

## **Palavras-Chave**

PIB, Investimento Público, Ideologia Política, Governação

## **Classificação JEL**

H54, C58

**Abstract**

In a globalised world marked by the financial and economic power, GDP is a key indicator to help understand the wealth created by a country in a given year. Thus, in order to characterize the Portuguese economy and its performance in recent years, it is essential to understand the evolution of the national GDP over time.

Apart from explaining the pathway of GDP in Portugal, between 2002 and 2011, this study aims to analyse, in the same chronological scope, the performance of different governing executives and measure their impact on the behaviour of this economic indicator.

Based on the choices made by different governing executives, we intended to establish a link between the change of the national GDP and the range of public investment, seeking to also realize the connection between privileged areas of governance and the ideological family who governs.

The different behaviours of the Public Investment, the National GDP and some governance areas were tested as hypotheses on the basis of political ideology present in the governing executive.

With this dissertation it is possible to understand the wealth-creating capacity of the portuguese economy and its political and ideological context between 2002 and 2011

**Keywords**

GDP, Public Investment, Political Ideology, Governance

**JEL Classification System**

H54, C58

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar quero agradecer à Dra. Jamila Madeira pelo apoio constante, pela dedicação e empenho ao longo de todo o processo e por todos os comentários, críticas e orientações que tornaram possível a realização deste estudo.

Quero também agradecer ao Professor José Dias Curto por toda a disponibilidade e apoio demonstrado e pela ajuda incansável na realização da análise estatística.

Agradeço também à Direção Geral do Orçamento pela disponibilização e ajuda na interpretação dos dados, sem os quais a realização deste trabalho seria impossível.

Por último, quero ainda agradecer a todos os amigos e familiares que me apoiaram e motivaram ao longo de todo este caminho, com especial destaque para o meu pai, o meu irmão e a minha namorada.

A todos o meu muito obrigado!

## Índice

<b>Índice de Figuras</b> .....	III
<b>Índice de Tabelas</b> .....	III
<b>Lista de Abreviaturas</b> .....	VI
<b>Sumário Executivo</b> .....	VIII
<b>1. Introdução</b> .....	1
<b>2. Revisão de Literatura</b> .....	4
2.1 PIB, Conceito e Limitações .....	4
2.2 Ideologias Políticas – Esquerda e Direita .....	7
2.3 Ideologia Política predominante na Assembleia da República .....	10
2.4 Ideologia Política predominante no Parlamento Europeu .....	16
2.4.1 Tratados Europeus .....	19
2.5 Investimento Público .....	20
<b>3. Metodologia</b> .....	23
<b>4. Análise e Interpretação dos Resultados</b> .....	29
4.1 Investimento Público e Variáveis de Controlo como Influenciadores do PIB Nacional.....	29
4.1.1 Estimação do Modelo .....	29
4.1.2 Variáveis Dummy .....	32
4.1.3 Interpretação dos Resultados Obtidos .....	32
4.2 Investimento em cada Ministério como Influenciador do PIB Nacional .....	34
4.2.1 Variação do PIB no curto prazo .....	34
4.2.2 Variação do PIB no longo prazo .....	37
4.2.4 Interpretação dos Resultados Obtidos .....	41
4.3 Relação entre as Variáveis <i>Dummy</i> e o Investimento Público .....	47
4.3.1 Dummy 1 e o Investimento Público .....	47
4.3.1.1 Dummy 1 para as Áreas de Governação .....	48
4.3.2 Dummy 2 e o Investimento Público .....	49
4.3.3 Interpretação dos Resultados Obtidos .....	50
<b>5. Conclusões, Limitações e Recomendações</b> .....	54
5.1 Conclusões.....	54
5.2 Limitações .....	56

# O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

5.3 Recomendações .....	56
<b>Anexos</b> .....	64

## Índice de Figuras

<b>Figura 1-</b> Valor do PIB, em milhões de dólares, das 10 maiores economias mundiais ..	5
<b>Figura 2</b> - Nº de Deputados na Assembleia da República (por partido) entre 2002 e 2011 .....	15
<b>Figura 3</b> - Nº de Deputados (por partido) no Parlamento Europeu entre 1999 e 2014 .	18
<b>Figura 4</b> -Evolução das variáveis em estudo entre 2002 e 2011 .....	26
<b>Figura 5</b> - Evolução da variável PIB Nacional entre 2002 e 2011 .....	33
<b>Figura 6</b> - Evolução da variável Investimento Público entre 2002 e 2011.....	34
<b>Figura 7</b> - Investimento Acumulado feito no Programa Parque Escolar entre 2007 e 2011 .....	42
<b>Figura 8</b> - Taxas de Crescimento do Investimento Público e Privado em Portugal (percentagem).....	44
<b>Figura 9</b> - Evolução do Investimento Público e Privado em Portugal, em milhões de euros (€).....	44
<b>Figura 10</b> - Variação do Nº de Desempregados entre 2002 e 2011 .....	52
<b>Figura 11</b> - Variação do Valor Gasto pelo Estado em Subsídios de Desemprego entre 2002 e 2011 .....	52
<b>Figura 12</b> - Gráfico dos Resíduos Estandarizados do Modelo <b>1.1</b> .....	67
<b>Figura 13</b> - Gráfico dos Resíduos do Modelo <b>1.1</b> .....	67
<b>Figura 14</b> – Gráfico dos Resíduos Estandarizados do Modelo <b>2.2</b> .....	73
<b>Figura 15</b> - Gráfico dos Resíduos do Modelo <b>2.2</b> .....	73
Figura 16 – Correlação entre as Variáveis Independentes para o Modelo 3.2 .....	76
<b>Figura 17</b> - Gráfico dos Resíduos Estandarizados do Modelo <b>3.2</b> .....	77
<b>Figura 18</b> - Gráfico dos Resíduos do Modelo <b>3.2</b> .....	77

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1</b> - Teste de Raízes Unitárias: ADF .....	28
<b>Tabela 2</b> - Teste de Validade do Modelo <b>1</b> .....	64
<b>Tabela 3</b> – Estimaco dos Coeficientes do Modelo <b>1</b> .....	64
<b>Tabela 4</b> – Teste de Validade do Modelo 1.1 .....	64
<b>Tabela 5</b> – Cálculo do $R^2$ do Modelo 1.1.....	65

<b>Tabela 6</b> – Estimação dos Coeficientes para o Modelo <b>1.1</b> .....	65
<b>Tabela 7</b> - Pressupostos para a validação de um Modelo de Regressão Linear Múltipla com base nos estimadores <i>OLS</i> .....	65
<b>Tabela 8</b> - Valor Esperado dos Resíduos do Modelo 1.1 .....	66
<b>Tabela 9</b> – Correlações entre as Variáveis Independentes para o Modelo 1.1 .....	66
<b>Tabela 10</b> - Teste de Durbin Watson para o Modelo 1.1 .....	67
<b>Tabela 11</b> - Teste à Normalidade dos Resíduos do Modelo <b>1.1</b> .....	68
<b>Tabela 12</b> - Teste de Colinearidade ao Modelo 1.1 .....	68
<b>Tabela 13</b> - Coeficientes estimados para o Modelo 1.2.....	68
<b>Tabela 14</b> – Tabela de Correlações entre as variáveis $\Delta$ PIB, $\Delta$ Investimento e $\Delta$ Exportações.....	69
<b>Tabela 15</b> - Teste de Validade ao Modelo 2 .....	69
<b>Tabela 16</b> - Coeficientes estimados para o Modelo <b>2</b> .....	70
<b>Tabela 17</b> – Teste de Validade ao Modelo <b>2.1</b> .....	70
<b>Tabela 18</b> - Coeficientes estimados no Modelo <b>2.1</b> .....	70
<b>Tabela 19</b> – Teste de Validade ao Modelo <b>2.2</b> .....	71
<b>Tabela 20</b> - Cálculo do $R^2$ e do Teste de Durbin Watson.....	71
<b>Tabela 21</b> – Coeficientes estimados para o Modelo 2.2 e Teste de Colinearidade .....	71
<b>Tabela 22</b> – Valor Esperado dos Resíduos do Modelo 2.2.....	72
<b>Tabela 23</b> - Correlações entre as Variáveis Independentes para o Modelo <b>2.2</b> .....	72
<b>Tabela 24</b> - Teste à Normalidade dos Resíduos do Modelo 2.2 .....	74
<b>Tabela 25</b> – Teste de Validade ao Modelo <b>3</b> .....	74
<b>Tabela 26</b> - Cálculo do $R^2$ do Modelo <b>3</b> .....	74
<b>Tabela 27</b> – Coeficientes estimados para o Modelo <b>3</b> .....	74
<b>Tabela 28</b> – Teste de Validade ao Modelo 3.1 .....	75
<b>Tabela 29</b> – Coeficientes Estimados para o Modelo 3.1 .....	75
<b>Tabela 30</b> – Teste de Validade ao Modelo <b>3.2</b> .....	75
<b>Tabela 31</b> – Cálculo do Valor Esperado dos Resíduos para o Modelo <b>3.2</b> .....	76
<b>Tabela 32</b> - Cálculo do $R^2$ e Teste de Durbin Watson ao Modelo <b>3.2</b> .....	77
<b>Tabela 33</b> - Teste à Normalidade dos Resíduos do Modelo <b>3.2</b> .....	78
<b>Tabela 34</b> – Coeficientes Estimados e Teste de Colinearidade para o Modelo 3.2.....	78
<b>Tabela 35</b> – Coeficientes Estimados para o Modelo 4 .....	78
<b>Tabela 36</b> – Coeficientes Estimados para o Modelo 4.1 .....	79

<b>Tabela 37</b> - Teste de Levene e Teste T para a Igualdade de Variâncias e Médias entre <i>Dummy</i> 1 e Investimento Público.....	79
<b>Tabela 38</b> - Valor médio de Investimento Público em função da Ideologia presente no Governo .....	80
<b>Tabela 39</b> - Teste de Mann-Whitney para variável Investimento Público em função da Ideologia presente no Governo.....	80
<b>Tabela 40</b> - Teste de Levene e Teste T para a Igualdade de Variâncias e Médias entre <i>Dummy</i> 1 e as Áreas da Governação .....	80
<b>Tabela 41</b> - Valor médio de Investimento Público para cada área governativa em função da Ideologia presente no Governo .....	81
<b>Tabela 42</b> - Teste de Mann-Whitney para as Áreas Governativas em função da Ideologia presente no Governo.....	82
<b>Tabela 43</b> - Teste de Levene e Teste T para a Igualdade de Variâncias e Médias entre <i>Dummy</i> 2 e o Investimento Público.....	82

**Lista de Abreviaturas**

PIB – Produto Interno Bruto

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

TROIKA – Comissão organizada pela União Europeia, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

CEE – Comunidade Económica Europeia

UE – União Europeia

DGO – Direção Geral do Orçamento

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

CDS-PP – Partido Popular

BE – Bloco de Esquerda

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP – Partido Comunista Português

PEV – Partido Ecologista os Verdes

PAN – Partido Animais e Natureza

$\Delta$ PIB – Variação do PIB

$\Delta$ Investimento Público – Variação do Investimento Público

$\Delta$ Exportações – Variação das Exportações

$\Delta$ Desemprego – Variação da Taxa de Desemprego

$\Delta$ Dívida – Variação da Dívida Direta do Estado

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

$\Delta\text{InvEco}$  – Variação do Investimento no Ministério da Economia

$\Delta\text{InvAgr}$  – Variação do Investimento no Ministério da Agricultura

$\Delta\text{InvAmb}$  – Variação do Investimento no Ministério do Ambiente

$\Delta\text{InvEdu}$  – Variação do Investimento no Ministério da Educação

$\Delta\text{InvCien}$  – Variação do Investimento no Ministério da Ciência

$\Delta\text{InvSS}$  – Variação do Investimento no Ministério da Segurança Social

$\Delta\text{InvOP}$  – Variação do Investimento no Ministério das Obras Públicas

## **Sumário Executivo**

Para a Economia de qualquer país do Mundo, o PIB é sem dúvida um indicador de análise fundamental e dos primeiros a ser observado quando se quer caracterizar a situação económica de um país.

Portugal como é óbvio não foge à regra dos restantes países, ou seja, o PIB é sem dúvida um indicador a ter em conta quando se procede à caracterização da economia nacional bem como do seu estado de “saúde”.

Assim, torna-se essencial compreender como tem evoluído o PIB Nacional nos últimos anos e imprescindível perceber qual o impacto que os diferentes executivos governativos têm na evolução deste indicador, nomeadamente ao nível das políticas que têm implementado no sentido de potenciar a criação de riqueza e o crescimento económico em Portugal.

Tendo como período de estudo os anos entre 2002 e 2011, e recorrendo à construção de modelos econométricos, esta dissertação pretende testar de que forma o PIB é afetado pelo Investimento Público - na medida em que esta variável é controlada pelos executivos governativos - e qual o impacto ideológico na variação destas duas variáveis.

Deste modo, foi inicialmente elaborado o estado da arte relativo a este tema e assente em três conceitos essenciais – PIB, Investimento Público e Ideologia Política. Assim, foi possível perceber quais os principais estudos e questões desenvolvidas até hoje relativamente ao tema desta dissertação.

Após identificar e recolher base de dados necessária à realização deste estudo, foi então possível prosseguir para a estimação dos modelos, onde foram testadas um conjunto de hipóteses a saber.

Em primeiro lugar, foi testada a hipótese de a variação do PIB ser explicada pela variação do Investimento Público e de um conjunto de variáveis de controlo consideradas indispensáveis à análise, nomeadamente as Exportações, a Taxa de Desemprego e a Dívida Direta do Estado. Foram ainda adicionadas neste primeiro modelo duas variáveis *dummy*, com o intuito de perceber se a ocorrência de eleições e a ideologia presente nos executivos governativos são significativas para explicar a evolução do PIB em Portugal.

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Em segundo lugar, foi testada a hipótese de a variação do PIB ser explicada pela variação do investimento público num conjunto de áreas governativas selecionadas – Economia, Agricultura, Ambiente, Obras Públicas, Educação, Ciência e Segurança Social. É ainda de referir que nesta hipótese foi medido o impacto que estas áreas governativas apresentam na evolução do PIB para o curto prazo e a para o longo prazo.

Finalmente, foi estudada a hipótese de o investimento público apresentar um comportamento diferente em função da ocorrência de eleições e da ideologia política presente nos executivos governativos do período em análise – variáveis *dummy*. É de salientar que nesta última hipótese foi também feito um estudo relativo à variação do investimento público nas áreas governativas em cima referidas, em função dos executivos governativos apresentaram uma liderança ideológica de esquerda ou uma liderança ideológica de direita.

Importa ainda fazer referência ao facto de os resultados obtidos deixaram algumas questões por responder, podendo assim servir de mote para futuras investigações. Nesse sentido, uma análise para um período mais alargado – antes da entrada do Euro em vigor (2002) ou após a entrada da *Troika* em Portugal (2011) – seria decerto benéfica para a investigação do tema em estudo.

## 1. Introdução

O tema em análise é a evolução do PIB Nacional desde a entrada de Portugal na Zona Euro até 2011 (ano de entrada da *Troika* em Portugal), tendo em conta o impacto que os diferentes executivos governativos tiveram nessa mesma evolução.

São apresentados como explicativas desta escolha três fatores:

- O PIB como indicador essencial na caracterização de qualquer economia a nível mundial (Stringer e Broch, 2016), sendo que ganha especial destaque num mundo marcado pelo poder económico e financeiro dos vários países do globo (Buckley e Strange, 2015);
- Portugal é marcado, no seu contexto político, pela existência de dois grandes partidos políticos (PS e PSD) que têm alternado entre si a governação (Mateus & Ramalho, 2013), sendo que geralmente existe bastante parcialidade na análise dos resultados governativos pelos partidos em questão (Cravinho, 2014);
- Entre 2002 e 2011 Portugal viveu um período de maior independência face à tomada de decisões, quando comparado com os constrangimentos financeiros que se verificaram depois de 2011 (Amaral, 2013) o que permite analisar com mais segurança as opções políticas tomadas no período em análise.

Começando pelo primeiro ponto, Cook (2015) refere que atualmente o principal objetivo das economias modernas passa por maximizar a criação da riqueza, ignorando quem são os reais beneficiados com este crescimento económico. Para Piketty (2014), o PIB mede o conjunto de bens e serviços produzidos ao longo de um ano dentro do território de determinado país, sendo que, segundo Thiry (2015) o PIB é muitas vezes utilizado como medida de comparação das economias dos diferentes países.

Relativamente ao segundo ponto, há a destacar o facto de, sozinhos ou coligados, PS e PSD governarem Portugal desde a eleição do primeiro governo constitucional em 1976 (Governo de Portugal, 2016), sendo plausível afirmar que são estes os principais responsáveis políticos pelo rumo da economia portuguesa desde o final da década de 70. Para além disto, é de referir que na maior parte dos casos, PS e PSD tendem a empurrar as responsabilidades da governação e as consequências das más opções para o seu opositor, acusando-se mutuamente (Barreto, 2014). Aliás, Moreira (2013) acrescenta

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

ainda que Portugal vive uma situação de “partidarite aguda” com os principais partidos políticos a dedicarem-se muitas vezes ao comentário político e à troca de acusações.

Por último, apesar de Portugal estar sujeito às regras impostas pela União Europeia e pela adesão à moeda única (Lourtie, 2011), o período entre 2002 e 2011 não pode ser comparado aos anos seguintes, em que Portugal esteve sujeito ao Programa de Assistência Económica e Financeira e consequentemente a uma série de restrições financeiras e metas a cumprir (Banco de Portugal, 2011). Desta forma, é plausível afirmar que opções políticas tomadas pelos executivos governativos em Portugal, no período em análise, estão mais livres de constrangimentos externos comparativamente aos anos seguintes.

Centrando a análise e a investigação nos tópicos mencionados, este trabalho pretende estudar a evolução do PIB Nacional. Assim, procura-se dar resposta e ajudar a perceber o real impacto que os vários governos têm na evolução do PIB em Portugal, apresentando-se com uma mais-valia do ponto de vista teórico e prático.

Desta forma, pretende-se atingir dois objetivos, nomeadamente, explicar a evolução do PIB Nacional entre 2002 e 2011 e analisar o impacto das opções dos executivos governativos na evolução do PIB Nacional.

Assim, tendo em conta os dois objetivos apresentados, pretende-se dar resposta à questão: **Qual o impacto do contexto partidário dos executivos governativos na evolução do PIB Nacional desde a entrada de Portugal na Zona Euro?**

Para tal, foram construídos vários modelos econométricos, onde se procurou explicar qual a relação que existe entre o PIB Nacional e o Investimento Público, sendo este um dos principais componentes do PIB sobre o qual o Estado exerce uma influência direta. Assim, tentou perceber-se de que forma o PIB e o Investimento Público têm evoluído, em função do governo que se encontra no poder, e quais as áreas da governação que têm sido privilegiadas em termos de investimento público, fazendo notar-se ou não as diferenças ideológicas presentes nos diferentes executivos governativos.

Esta análise está organizada em 6 capítulos, nomeadamente:

- **Capítulo 1: Introdução** – Apresentação e explicação do tema em estudo; Exposição dos objetivos a atingir e da questão a ser respondida;

- **Capítulo 2: Revisão da Literatura** – Apresentação do estado da arte, ou seja, dos principais conteúdos que já foram estudados e apresentados acerca do tema em questão;
- **Capítulo 3: Metodologia** – Explicação da metodologia de trabalho a adotar bem como dos critérios para a construção da base de dados;
- **Capítulo 4: Análise e Interpretação dos Resultados** – Apresentação e interpretação dos resultados obtidos com os modelos estimados;
- **Capítulo 5: Conclusões, Limitações e Recomendações** - Exposição das principais conclusões deste estudo, apresentação de algumas limitações que surgiram com o decorrer do trabalho e ainda recomendações para futuras investigações acerca desta temática.

## **2. Revisão de Literatura**

### **2.1 PIB, Conceito e Limitações**

Atualmente vive-se num mundo marcado pela globalização e pela permanente inovação, em que a novidade é uma constante e as pessoas possuem acesso a todo o tipo de bens, serviços e informação (Marginean, 2015). As empresas lutam ferozmente por sobreviver no mercado em que operam, caracterizado pela internacionalização, agressiva concorrência e procura pela contínua resposta às necessidades de consumidores cada vez mais exigentes (Taylor e Jack, 2016), sendo que, para Stiglitz e Emran (2009) a principal consequência da liberalização rápida do comércio mundial é o aumento do desemprego e o facto de os trabalhadores que não percam o seu emprego vejam os seus salários diminuir.

Nesta sociedade em que a Economia e a Gestão assumem papéis preponderantes, também as Nações dos diversos continentes se vêm confrontadas com realidades económicas altamente voláteis (Bansal *et al.*, 2014). Para Louçã e Caldas (2008), a financiarização da economia mundial, decorrente em particular do processo de globalização com desregulação, aumenta o poder dos maiores centros financeiros. Poder esse que, segundo o autor, aumenta as contradições do sistema internacional, precisamente porque a desregulação multiplica os fatores de instabilidade.

Assim, torna-se urgente definir políticas económicas acertadas, que introduzam os diferentes países no caminho do tão ambicionado crescimento económico. Segundo Samuelson e Nordhaus (2001) a Economia é a ciência que se preocupa com o estudo das leis económicas, indicadoras do caminho que deve ser seguido para que a produtividade seja mantida em nível elevado, melhorado o padrão de vida das populações e utilizados corretamente os recursos escassos na procura da satisfação de necessidades ilimitadas.

Nos últimos anos, mais concretamente desde a crise financeira em 2008, assistimos no Mundo Ocidental, em particular na União Europeia, a um conjunto de políticas que visam sobretudo equilibrar as finanças públicas e controlar os défices orçamentais, reduzindo a despesa do Estado (Staeher, 2010). Esse conjunto de políticas é vulgarmente

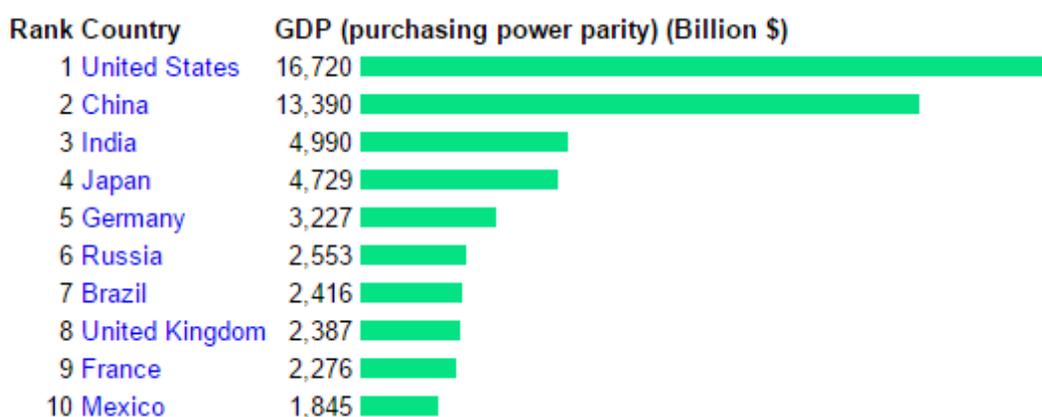
## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

conhecido como austeridade e tem marcado nos últimos anos alguns países da Zona Euro, como a Irlanda, a Grécia e Portugal (Karanikolos *et al.*, 2013).

No entanto, estas políticas de austeridade têm sido muito contestadas, tendo Krugman (2011) referido que estas conduzem a uma estagnação da economia e a um aumento do desemprego.

Neste contexto, em que muitos países necessitam de encontrar o caminho do crescimento económico, o PIB é claramente o indicador mais utilizado a nível mundial para medir a atividade económica (Stiglitz, 2009).

**Figura 1-** Valor do PIB, em milhões de dólares, das 10 maiores economias mundiais



**Fonte:** IndexMundi, 2016

O PIB – Produto Interno Bruto – pode ser definido como a produção económica global de um país, ou seja, o valor em dólares de todos os bens e serviços produzidos por um dado país num determinado período de tempo (Stringer e Borch, 2016).

O conceito moderno do PIB foi utilizado pela primeira vez em 1934 numa conferência nos EUA pelo economista Simon Kuznets (Kuznets, 1934), sendo posteriormente introduzido pelo economista britânico John Maynard Keynes, em 1939, em resposta à sua elevada preocupação com a forma como o Reino Unido iria gerir os seus limitados recursos no início da Segunda Guerra Mundial (Stringer e Borch, 2015). Segundo os autores, Keynes definiu então o PIB, em 1939, como a soma do consumo interno com a despesa do estado, com investimento e com as exportações, subtraídas das importações. É ainda de referir que com a evolução do conceito, é hoje-em-dia possível apresentar o

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

PIB tendo por base três óticas de cálculo, a ótica da produção, a ótica do rendimento e a ótica da despesa (Lee, 2012).

No entanto, este indicador apresenta algumas limitações (Giannetti *et al.*, 2015), que devem ser tidas em conta.

A principal limitação do PIB reside no facto de este não conseguir medir o bem-estar de uma população (Kuznets, 1962). Para o autor, o bem-estar de uma população não pode ser deduzido através de uma medida de rendimento nacional. Assim, fortemente ligado ao PIB, surge outro indicador económico, o PIB *per capita*, que revela o valor médio de riqueza por habitante num dado país (Costanza *et al.*, 2009). É de salientar que este indicador, medido através da divisão do valor do PIB pelo número de habitantes do país em questão, foi o primeiro a ser utilizado para medir a qualidade de vida de um país (Offer, 2000). Desta forma, é possível perceber que um valor do PIB elevado, ou seja elevada criação de riqueza, pode não refletir uma elevada riqueza média por habitante, como é o caso de países como a Índia e a China, em que o PIB *per capita* é bastante reduzido (Datta, 2015).

Por outro lado, é necessário salientar também, as limitações que o PIB apresenta ao nível da capacidade em medir a produção de um país. Segundo Costanza *et al.*, (2009) é possível verificar que o PIB não tem em conta os serviços públicos, o trabalho de voluntariado, a economia informal, paralela ou subterrânea e a produção doméstica.

Por fim, o PIB apresenta também limitações ao nível da medição da qualidade de vida e bem-estar, dado que este indicador não é capaz de traduzir as disparidades de rendimentos dentro de uma região ou território e não mede o tempo de lazer das populações nem o impacto social e ambiental da produção (Constanza *et al.*, 2009).

De forma a superar estas limitações, os economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq criaram em 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – (Stanton, 2007) que foi adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice tem por base três indicadores – o PIB *per capita*, o acesso à educação (medido pela taxa de alfabetização dos adultos e a taxa de alfabetização combinada dos ensinos primário, secundário e superior) e a esperança média de vida à nascença – e procura medir o grau de desenvolvimento humano de um determinado país, afastando assim a

ideia de que o crescimento económico, medido pelo PIB é sinónimo de bem-estar das populações (Desai, 1990; Ranis et al, 2006)

Para além do Índice de Desenvolvimento Humano, importa também fazer referência à Curva de Lorenz e ao Índice de Gini, recorrentemente utilizados para responder às limitações do PIB (Gastwirth, 1972). A primeira, criada pelo economista norte-americano Max Lorenz, assume a forma de um diagrama que representa, por classes percentuais, a parte do rendimento que cabe a cada grupo da população, permitindo avaliar a desigualdade entre as diferentes categorias de indivíduos (Kakwani, 1977). Já o segundo, desenvolvido pelo matemático italiano Corrado Gini, mede a distância entre a curva de Lorenz e a linha que corresponde à igualdade perfeita, variando entre 0 e 1 (Bellù e Liberati, 2006).

### **2.2 Ideologias Políticas – Esquerda e Direita**

De modo a melhor compreender a evolução do PIB em Portugal, desde a entrada em vigor da moeda única, bem como da influência ou não que os diferentes executivos tiveram no comportamento do referido indicador, importa começar por definir e compreender os conceitos subjacentes às ideologias políticas de “Direita” e “Esquerda”. Como conta Tavares (2015), a história do nascimento da esquerda e da direita deu-se em França no século XVIII, no reinado de Luís XVI, durante uma Assembleia convocada para discutir o direito de veto do Rei. Na referida assembleia, os opositores do Rei sentaram-se à esquerda do presidente da assembleia, enquanto que os apoiantes do Rei sentaram-se à direita do presidente. Desta forma, surgiu o esquema até hoje continuar a ser adotado em muitos parlamentos em todo o mundo, como é o caso da Assembleia da República Portuguesa (Tavares, 2015).

Segundo Bobbio (1995:31), “Direita e Esquerda são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregues para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas”. Assim, segundo o filósofo italiano “a oposição entre direita e esquerda constitui um modo típico de pensar por díades” (Bobbio, 1995:32).

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Para Rui Tavares (2015) os conceitos de esquerda e direita representam a dicotomia política da atualidade, marcada pela disputa entre as duas ideologias de garantir a melhor compreensão possível da sociedade. Thérien (2012) refere que para assegurar o bem-estar coletivo a direita considera suficiente que exista igualdade de oportunidades enquanto que para a esquerda esta igualdade de oportunidades não chega, pois têm de ser acompanhada por uma igualdade de resultados. Do ponto de vista económico Thérien (2012) defende também que, segundo a direita, a economia de mercado e a sua expansão são essenciais para acelerar o desenvolvimento económico e consequentemente melhorar a qualidade de vida das populações, ao passo que a esquerda defende que essa expansão contribui para o enriquecimento de determinadas sociedades mas que os benefícios daí resultantes se encontram mal repartidos. Para Bobbio (1995) a questão da igualdade é fundamental na diferenciação da esquerda e da direita, no sentido em que o autor defende que a esquerda acredita na igualdade de todos os cidadãos e que as desigualdades podem e devem ser anuladas. Já a direita acredita, segundo Bobbio (1995), que os indivíduos são mais desiguais do que iguais e que dificilmente essas desigualdades serão corrigidas.

Para além desta relação existente entre esquerda e direita, Bobbio (1995) defende também a existência de um espaço central, denominado de centro, situado entre os dois extremos. Este espaço político é também referido por Almond (1990) como o “refeitório do centro” uma vez que, a maioria dos políticos tende a posicionar-se ao centro.

Relativamente a esta questão, Bernardes (2012:16) refere ainda que “a existência de um centro atesta apenas que a esquerda e a direita, sendo termos que se excluem, têm também pontos de contacto. Desta forma, o centro não é mais do que o produto não só das interações entre esquerda e direita mas também das dinâmicas, que se geram dentro do espaço de cada uma”.

Prosseguindo com a análise ideológica a estas duas ideologias políticas, é possível verificar que uma das grandes divergências frequentemente apontadas nesta relação de esquerda-direita é o papel do Estado, sendo que, Joaquim (2012:141) afirmou que “parece unânime referir-se à esquerda como a facção que defende mais Estado, e à direita como a que defende menos Estado”. De acordo com a autora, “mais do que ser possível enunciar uma série de ações políticas que pertencem ao campo ideológico da esquerda, a própria crença de que o Estado é capaz de agir positivamente para criar realidades é

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

aquilo que na sua substância distingue a esquerda da direita”. Neste confronto ideológico que existe acerca do papel do Estado, importa também referenciar a dimensão da justiça social e ainda o papel que o Estado pode ou não ter na economia.

Relativamente à justiça social, destacam-se dois autores que possuem opiniões e teorias diferentes. Para Rawls (1971), é fundamental que em todas as sociedades democráticas e instituições sociais, a justiça esteja presente como um princípio básico. Para o filósofo, é fundamental assegurar que, independentemente de desigualdades sociais e económicas existentes por parte dos indivíduos, todos devem possuir igualdade de oportunidades e direitos básicos. Assim, o Estado possui um papel fundamental de redistribuição da riqueza, procurando diminuir discrepâncias e tentando atingir um ponto ótimo de justiça social. No sentido inverso, Nozick (1974) defende que o Estado não apresenta capacidade para realizar justamente uma redistribuição da riqueza, sugerindo assim a menor intervenção possível do Estado. Para o autor, o Estado deverá ter apenas como função a proteção dos seus cidadãos contra o uso da força, a fraude e o roubo (Nozick, 1974), sendo que nos casos em que determinados Estados vão para além disto, estarão a violar os direitos das pessoas.

Em relação ao papel do Estado na Economia, existem dois grandes autores que apresentam duas visões diferentes, Keynes e Hayek. Enquanto que Hayek é bastante cético em relação à intervenção do Estado na Economia (Mahoney, 2001), Keynes defende que a intervenção do Estado pode ser muito benéfica como mecanismo de prevenção, controlo e criação de fenómenos económicos (Watkins, 2015).

Para Keynes (1936), a melhor forma de um país fazer crescer a sua economia passa por assegurar que todos os potenciais trabalhadores desse mesmo país se encontram empregados, pois só assim se consegue atingir a capacidade máxima de produção de determinada Nação, visto que também os desempregados constituem uma força potencial de trabalho. Skidelsky (2010) refere que Keynes defendia a intervenção do Estado na economia, tendo no investimento público uma fonte de criação de emprego, potenciando assim a capacidade produtiva de bens e serviços de um país e consequentemente gerando riqueza.

Assim, Keynes (1936) defende que se o setor privado não possui capacidade para contratar um número significativo de trabalhadores de forma a reduzir o desemprego,

deverá ser o Estado a desempenhar este papel, através da criação de obras públicas. Desta forma, Keynes (1936) argumenta que os novos trabalhadores (que se encontravam desempregados) vão gastar o dinheiro dos seus salários em bens ou serviços de empresas privadas, fazendo assim com estas cresçam e beneficiem desta intervenção do Estado, promovendo o crescimento económico. Para além disto, o autor refere ainda que os novos trabalhadores irão também contribuir com taxas e impostos, fazendo assim aumentar a receita fiscal do Estado. Por fim, Keynes (1936) conclui que o Estado deve intervir em períodos de recessão económica, em que o setor privado apresenta tendência para despedir pessoas, e ter um papel menos ativo em períodos de prosperidade económica, onde o setor privado aproveita o *boom* económico para contratar mais trabalhadores.

Ao contrário de Keynes, Hayek (1944) considera que o crescimento económico assenta sobretudo através do investimento privado e não no investimento público. Para o autor, assegurar o funcionamento da verdadeira concorrência é a chave para que o crescimento económico se faça de uma forma sustentada, garantindo que todos os agentes que atuam no mercado sejam livres de comprar e vender a qualquer preço. Para Hayek (1944), qualquer tentativa de controlar os preços ou as quantidades transacionadas retira à concorrência o seu poder de organização social. No entanto, é preciso referir que o autor não descarta por completo a intervenção do Estado na Economia, argumentando que este deverá intervir no sentido de assegurar a existência de um sistema jurídico e legal concebido para preservar a concorrência de forma a impedir a fraude e o logro. Por outro lado, Hayek (1944) defende também que em situações em que a concorrência não funciona de uma forma perfeita, cabe ao Estado recorrer a outros métodos para orientar atividade económica.

### **2.3 Ideologia Política predominante na Assembleia da República**

Como está escrito no artigo nº 147 da Constituição da República Portuguesa, (Assembleia da República, 2005), “A Assembleia da República é a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses”. Como órgão de soberania consagrado na Constituição, compete à Assembleia da República “assegurar a aprovação das leis

fundamentais da República e a vigilância pelo cumprimento da Constituição, das leis e dos atos do Governo e da Administração”, (Assembleia da República, 2016).

Dada a sua importância no funcionamento da Democracia em Portugal e o papel central que representa na vida política, torna-se essencial apresentar uma caracterização do seu funcionamento bem como clarificar a ideologia política que tem predominado na Assembleia da República desde 2002.

Assim, é importante começar por apresentar alguns factos históricos relacionados com a criação dos principais partidos políticos em Portugal e que ajudam a explicar o sistema partidário que atualmente existe, isto porque, como é referido por Gallagher *et al.*, (2006), a história de determinado partido político é essencial para perceber qual a sua ideologia adotada.

Apesar do grande número de partidos nascidos depois do 25 de Abril de 1974, o sistema partidário tem-se mantido relativamente estável desde 1975 (Freire, 2005) com PS e PSD a alternarem na posição dominante, ainda assim, é possível verificar que “uma das características mais marcantes do sistema partidário português nascido no pós-25 de Abril foi o enviesamento à esquerda dos partidos que mais tarde iriam dominar a formação dos governos (PS, PSD e CDS) face àquilo que seria não apenas o seu comportamento futuro mas também o posicionamento esperado face às características dos seus líderes. Uma “inclinação” para a esquerda visível nos seus programas eleitorais, na sua linguagem, mas também nas designações dos próprios partidos” (Guedes, 2012: 44).

Este período do pós-25 de Abril, em que Portugal assistiu ao seu processo de democratização (entenda-se o conceito de democratização como a mudança de regime, em que estão incluídos os processos de transição e consolidação democrática (Pridham e Lewis, 1996)), é também essencial para que melhor se possa compreender o sistema partidário em Portugal, uma vez que a cooperação demonstrada entre PS e PSD, muitas vezes também com o CDS, neste período, foi fundamental para ajudar a construir o sistema partidário português a seguir ao 25 de Abril (Jalali, 2007).

Começando a análise aos principais partidos em Portugal pelo PS (Partido Socialista), é possível verificar que este também sofreu com o enviesamento à esquerda já referido, na medida em que “a sua base programática de 1973 e período revolucionário é

classificada como “marxista” e “radical” (Guedes, 2012:45)”. No entanto, após este enviesamento inicial, a década de 80 é marcada por mudanças no PS, passando este a posicionar-se mais como um partido de centro e menos com um partido de esquerda (Lobo e Magalhães, 2005), tendo esta mudança sido principalmente motivada pela “situação económica enfrentada pelos governos socialistas, mas também devido à grande distância que separou PS e PCP sobre a natureza do regime e às pressões da adesão à CEE (Guedes, 2012:49), tendo o PS começado a afirmar-se como um partido europeísta (Lobo e Magalhães, 2005).

Lisi (2009) defende que após esta aproximação ideológica ao centro, verificou-se um PS com posições e ideias mais moderadas, procurando assim aliar a justiça social ao cumprimento das exigências económicas vindas da CEE e ao equilíbrio das contas públicas.

Atualmente é possível verificar que o PS revê no Socialismo Democrático a sua causa política, procurando no mesmo a solução para os problemas nacionais bem como a resposta às exigências sociopolíticas do mundo contemporâneo (Partido Socialista, 2002). Ainda de acordo com a sua Declaração de Princípios, (Partido Socialista, 2002), o PS acredita que numa democracia moderna o desenvolvimento da economia é possível através de uma “combinação equilibrada entre o mercado, o Estado e a iniciativa cooperativa dos cidadãos livre e voluntariamente associados em múltiplas formas de ação”.

Continuando a análise, agora com o PSD (Partido Social-Democrata), verifica-se que este é, tendo em conta a divisão que geralmente é feita por famílias ideológicas, classificado como um partido de direita (Hix e Lord, 1997). No entanto, à semelhança do que aconteceu com o PS, também o PSD foi afetado pelo ambiente revolucionário a seguir ao 25 de Abril e consequente enviesamento à esquerda da direita portuguesa (Guedes, 2012). No entanto, após a constituição de 1976 o PSD começa a reformular as suas posições ao nível da intervenção do Estado na economia, assumindo assim algumas críticas em relação a esta temática (Viegas, 1996). Guedes (2012) afirma que o PSD é claramente o líder da direita em Portugal, dominando, em conjunto com o PS, os vários governos existentes desde 1976, e ocupando o centro-direita do espectro político, delimitado à direita pelo CDS e à esquerda pelo PS (Jalali, 2007).

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

De acordo com o seu Programa aprovado no XXXIV Congresso em Março de 2012, o PSD afirma-se como um Partido Popular e Social-Democrata, procurando assim ser um partido que “articula e defende o interesse comum dos Portugueses, apostado no cumprimento da promessa democrática da mobilidade social, no combate à carência material dos grupos sociais mais vulneráveis e na vitalidade da ação da sociedade civil independente dos poderes públicos” (Partido Social Democrata, 2012). Segundo o mesmo documento elaborado pelo PSD, é reconhecido que apenas uma estrutura de economia de mercado pode fazer com que a atividade económica esteja sujeita a um ambiente de concorrência aberta e de disseminação da informação, sem no entanto excluir o papel do Estado na economia, que se deve apresentar como “indelegável regulador e fixador das regras do jogo”.

O terceiro partido que maior participação teve nos vários governos desde o 25 de Abril, para além de PS e PSD, é o CDS-PP. Segundo Jalali (2007), este partido tem na sua génese de formação os valores da democracia cristã e uma posição ideológica centro, sendo que este centrismo pode ser explicado pela sua grande indeterminação ideológica e grande dependência face aos líderes do partido. Como se pode ver na sua Declaração de Princípios, elaborada em Julho de 1974, o CDS procura afirmar-se como um partido “ao centro, na democracia e pela justiça social”, defendendo uma nova conceção da iniciativa privada, refere não aceitar que “o poder da iniciativa possa apenas pertencer ao Estado porque o Estado não é, como entidade, necessariamente melhor, nem mais talentoso, nem mais imaginativo, que a soma dos seus agentes, e estes são portugueses como os restantes” (Partido do Centro Democrático Social, 1974).

Analisando agora o PCP, o mais antigo partido português, fundado em 1921, Jalali (2007) refere que este assume uma ideologia marxista-leninista e marcadamente à esquerda do PS, facto esse que tem contribuído ao longo do tempo para o isolamento do partido no sistema partidário português. De acordo com o Programa e Estatutos do PCP, é possível perceber que o supremo objetivo do partido passa pela construção de uma sociedade baseada nos ideais do socialismo e do comunismo, para isso, o PCP afirma ser um “partido político da classe operária e de todos os trabalhadores, inteiramente ao serviço do povo português e de Portugal” (Partido Comunista Português, 2012). Como é ainda referido no seu programa, o PCP defende a criação de um “Setor Empresarial do Estado”, recorrendo se necessário à nacionalização de empresas básicas e estratégicas para a Economia Nacional. Assim, o PCP acredita numa “organização económica mista,

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

liberta do domínio dos monopólios, com sectores de propriedade diversificados e com as suas dinâmicas próprias e complementares, respeitadas e apoiadas pelo Estado” (Partido Comunista Português, 2012).

Finalmente, importa ainda fazer referência ao Bloco de Esquerda, o partido “mais jovem” entre os que possuem assento na Assembleia da República.

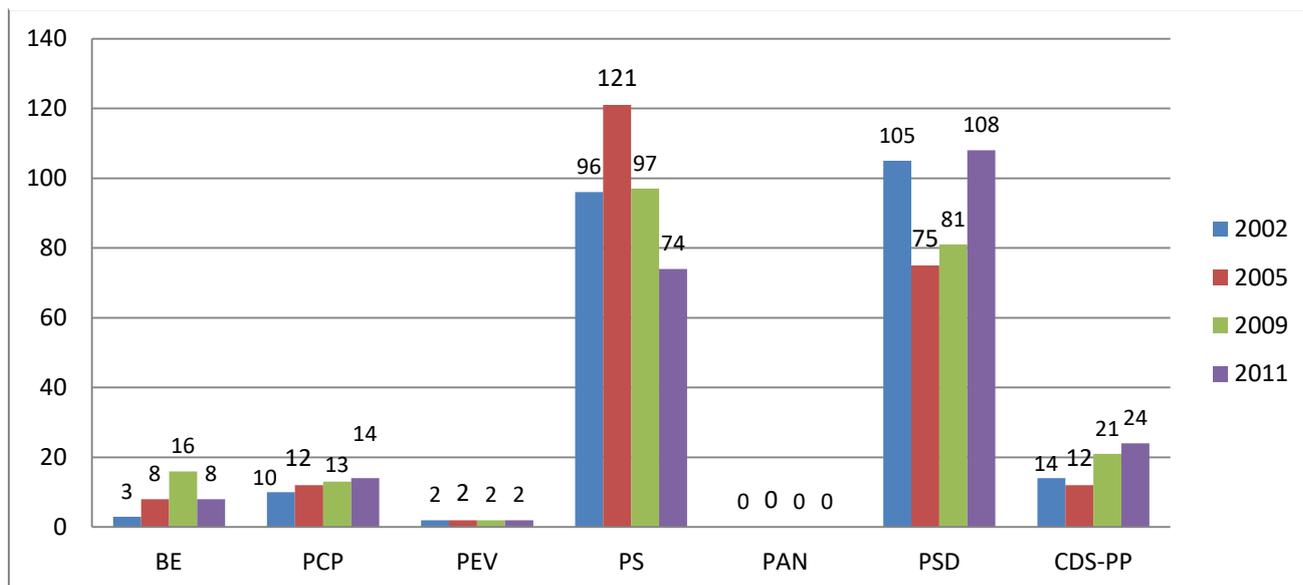
Criado em 1999, resulta da junção de três partidos políticos da área da esquerda, a União Democrática Popular, o Partido Socialista Revolucionário e a Política XXI. Para os seus fundadores o Bloco de Esquerda apresentava-se com a missão de criar uma “nova esquerda” e assim ocupar o vazio político que para os seus fundadores existia junto do eleitorado de esquerda que não se identificava com PS nem PCP.

Segundo o manifesto eleitoral apresentado pelo Bloco de Esquerda para as eleições legislativas de 2015, as prioridades do partido são pôr fim às políticas de austeridade, mesmo que para isso seja necessário entrar em rutura com a União Europeia, reforçar o controlo público através da nacionalização e redireccionamento do sistema bancário e ainda fortalecer o estado social através da modernização dos serviços públicos (Bloco de Esquerda, 2015)

Após elaborar esta análise referente às ideologias dos principais partidos do sistema partidário português, importa agora perceber quais os resultados eleitorais, em termos de eleições legislativas, que têm ocorrido nos últimos anos, e consequentemente, qual o retrato que a Assembleia da República tem apresentado no período em análise.

Entre 2002 e 2011, os Portugueses já foram chamados a votar para eleições legislativas por 4 vezes, tendo essas eleições ocorrido em 2002, 2005, 2009 e 2011 (Assembleia da República, 2015). De acordo com os dados oficiais recolhidos (Assembleia da República, 2015) foram elaborados gráficos com os resultados eleitorais referentes às várias eleições legislativas do período em causa:

**Figura 2** - N° de Deputados na Assembleia da República (por partido) entre 2002 e 2011



Através de uma rápida análise dos dados recolhidos, facilmente se percebe que existem claramente dois grandes partidos políticos em Portugal, o PS e o PSD, que juntos elegeram sempre, em qualquer uma das eleições em causa, mais de metade do total de deputados. Assim, é também possível afirmar que a ideologia política predominante em Portugal, desde 2002, se posiciona ao centro, uma vez que, de uma forma alternada, os executivos governativos em Portugal seguem na teoria políticas de centro-esquerda (PS) ou de centro-direita (PSD). É de notar que no período em análise o PS formou governo em duas ocasiões, 2005 e 2009, e PSD foi chamado a governar por duas vezes, 2002 e em 2011, tendo nas duas situações formado uma coligação pós-eleitoral e governativa com o CDS-PP.

Relativamente aos partidos como uma ideologia mais vincada à esquerda ou à direita, como é o caso do BE e do PCP à esquerda e do CSD-PP à direita, verificamos que apresentam uma reduzida expressão eleitoral em Portugal.

## **2.4 Ideologia Política predominante no Parlamento Europeu**

Portugal aderiu à CEE – Comunidade Económica Europeia – no dia 1 de Janeiro de 1986 (Coutinho, 2016), tendo a integração europeia assumido um papel decisivo para Portugal, isto porque, para Sousa e Gaspar (2015), a democracia portuguesa e a adesão à CEE são inseparáveis. Para os autores, foi indispensável o apoio das democracias europeias no período revolucionário vivido no pós 25 de Abril. Por outro lado, Sousa e Gaspar (2015) referem que a inserção de Portugal na CEE ajudou a reforçar a legitimidade da democracia portuguesa internacionalmente e a definir estratégias e políticas viradas para a democratização e a europeização.

Trinta anos depois da entrada de Portugal na União Europeia, é plausível afirmar que as decisões tomadas ao nível das principais instituições europeias, afetam as políticas nacionais dos estados-membros, do qual Portugal não é exceção.

Para Almeida (2010), as decisões tomadas no seio da União Europeia podem contribuir decisivamente para o sucesso ou insucesso político dos governos portugueses, sendo assim fundamental que o chefe do governo Português olhe para encare estas questões como momentos centrais na sua atividade política. Segundo o autor, é ainda de referir que o Parlamento Europeu tem vindo a aumentar a sua influência política ao nível dos processos legislativos da União, com especial destaque para as Comissões Parlamentares.

De acordo com Royo (2013), Portugal viu também diminuída a sua influência ao nível da definição das políticas monetárias, uma vez que, após a adesão à moeda única, as políticas monetárias deixaram de estar nas “mãos” dos governos nacionais para passarem para a competência das instituições europeias.

Assim, torna-se essencial perceber como funciona o Parlamento Europeu e que ideologia política tem predominado nesta instituição europeia desde 2002, de forma a melhor compreender as decisões tomadas pelos executivos governativos em Portugal.

O Parlamento Europeu constitui, enquanto instituição representativa dos cidadãos europeus, o fundamento democrático da União Europeia, tendo como principal objetivo, assegurar à União Europeia a sua plena legitimidade democrática (Novak, 2016). Segundo o autor, o Parlamento deve estar plenamente envolvido no processo legislativo

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Europeu e exercer, em nome do público, o controlo político sobre as demais instituições europeias. Novak (2016) refere ainda que, para além dos seus poderes legislativos, o Parlamento Europeu tem ainda poderes para decidir em matéria de orçamental, participar na revisão dos Tratados Europeus e intervir nos processos submetidos ao Tribunal de Justiça da União Europeia.

Desta forma, o Parlamento Europeu assume-se como uma das principais instituições da União Europeia (Hix e Lord, 2002).

Para Archick (2013), o Parlamento Europeu é sem dúvida uma das instituições chave da União Europeia, dado ser a única que é diretamente eleita por todos os cidadãos europeus e que representa os seus interesses. Segundo a autora é também evidente que o Parlamento Europeu tem vindo a ganhar cada vez mais poder ao longo tempo, mais concretamente com o “Tratado de Lisboa – que entrou em vigor no dia 1 de Dezembro de 2009 – que fez aumentar os poderes do Parlamento Europeu”.

Archick (2013) destaca ainda que os membros do Parlamento Europeu estão organizados em grupos políticos, de acordo com as suas ideologias políticas e não de acordo com as suas nacionalidades. Estes grupos políticos apresentam, para Corbett *et al.*, (2011), um papel fundamental na vida do Parlamento, já que possuem um papel decisivo na escolha do Presidente e Vice-Presidentes do Parlamento Europeu e do Presidente da Comissão Europeia.

No entanto, para Calossi e Pizzimenti (2014:38), não existe um verdadeiro sistema de partidos a nível europeu, uma vez que, de acordo com os autores, é possível verificar:

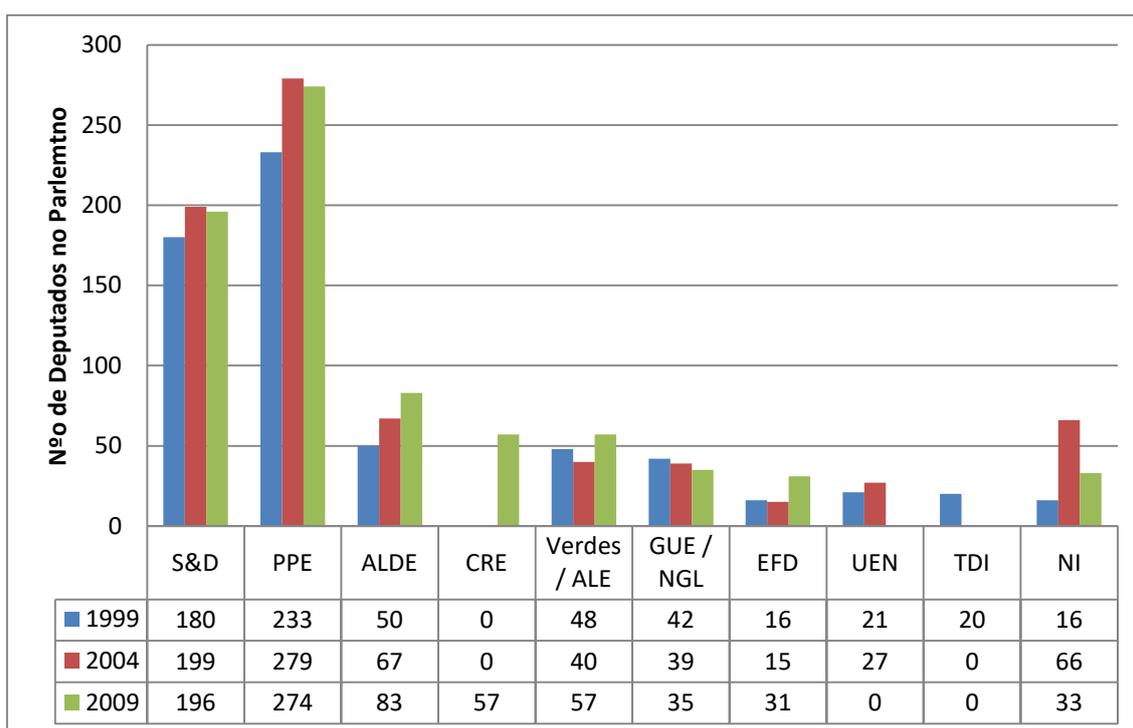
- “A escassa integração entre as “faces” da organização de partido ao nível europeu;
- A ausência de um sistema de partido plenamente desenvolvido e integrado nas três arenas competitivas (eleitoral, parlamentar e, por fim, governamental) que normalmente caracterizam os sistemas políticos “normais”;
- Os poderes carentes daquele que por norma representa o palco principal para os partidos em qualquer democracia: o parlamento da UE.”

Ainda assim, torna-se essencial nesta análise, apresentar quais os grupos políticos que existem no Parlamento Europeu e quais os que possuem maior destaque.

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Em resultado das eleições europeias de 2009, estiveram presentes no Parlamento Europeu, como é possível verificar pela figura 3, 8 grupos políticos, nomeadamente: Partido Popular Europeu (PPE), Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas do Parlamento Europeu (S&D), Conservadores e Reformistas Europeus (CRE), Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE), Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL), Os Verdes / Aliança Livre Europeia (Verdes / ALE), Europa da Liberdade e da Democracia (EFDD) e os Não-Inscritos (NI) – entenda-se por Não-Inscritos o grupo de deputados que não se encontram filiados a qualquer grupo político. É ainda de assinalar que o Partido Técnico do Deputados Independentes (TDI) e a União para a Europa das Nações (UEN) são dois partidos que já não se encontram representados no Parlamento Europeu.

**Figura 3** - Nº de Deputados (por partido) no Parlamento Europeu entre 1999 e 2014



De acordo com os resultados acima apresentados, rapidamente se percebe que existem dois Grupos Políticos que têm dominado o Parlamento Europeu nos últimos anos, o Partido Popular Europeu e a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas do Parlamento Europeu, que juntos somaram sempre, nas eleições em análise, mais de 50% dos votos totais dos eleitores europeus. Os restantes grupos políticos têm representado

sempre resultados relativamente idênticos e com muito menor expressão, quando comparados com os dois maiores grupos políticos.

Assim, é possível afirmar que o Parlamento Europeu se caracteriza por apresentar um sistema partidário a 2, devido à existência de dois grandes partidos (Hix *et al.*, 2007), o PPE e a S&D, como referido anteriormente. Como consequência, têm sido estes dois partidos a dominar as políticas da União Europeia dos últimos anos (Hix *et al.*, 2007).

Relativamente ao Partido Popular Europeu é possível verificar que o partido se afirma como “a mais importante família política da Europa”, procurando englobar “o centro e o centro-direita europeus” (Partido Popular Europeu, 2016). O partido reconhece ainda como principais valores “a dignidade humana, a liberdade, os direitos humanos, o primado do direito, a solidariedade e a subsidiariedade” (Partido Popular Europeu, 2016)

Já a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas, que surge como o segundo maior grupo político, defende “uma sociedade europeia baseada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, diversidade e justiça” e ainda a luta pela “justiça social, emprego, desenvolvimento sustentável, reforma do mercado financeiro e direitos humanos” (Parlamento Europeu, 2015).

### **2.4.1 Tratados Europeus**

Dado Portugal fazer parte da União Europeia e mais especificamente da Zona Euro, está obrigado a cumprir uma série de compromissos europeus que podem resultar num condicionamento das políticas nacionais adotadas pelos vários executivos governativos.

A destacar dos demais, encontra-se o Tratado de Maastricht, pois é neste tratado que ficaram definidos os Critérios de Convergência – ou seja, os critérios que os vários países da Zona Euro estão obrigados a cumprir para continuar a fazer parte da moeda única. Assinado no dia 7 de Fevereiro de 1992, o Tratado de Maastricht define, de acordo com o artigo 109º - J, os seguintes Critérios de Convergência (União Europeia, 2009: 40-42):

- “A realização de um elevado grau de estabilidade dos preços, que será expresso por uma taxa de inflação que esteja próxima da taxa, no máximo, dos três

Estados-membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços;

- A sustentabilidade das suas finanças públicas, que será traduzida pelo facto de ter alcançado uma situação orçamental sem défice excessivo, determinado nos termos do nº6 do artigo 104º - C;
- A observância, durante pelo menos dois anos, das margens normais de flutuação previstas no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu, sem ter procedido a uma desvalorização em relação à moeda de qualquer outro Estado-membro;
- O carácter duradouro da convergência alcançada pelo Estado-membro e da sua participação no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu deve igualmente refletir-se nos níveis das taxas de juro a longo prazo.”

### **2.5 Investimento Público**

O investimento público pode ser interpretado como um estímulo económico de natureza pública (Andrade, 2010), através da disponibilização de fundos por parte Estado no sentido de promover a formação bruta de capital fixo na economia.

No entanto, como refere Andrade (2010), o investimento público é tradicionalmente um tema sensível na sociedade uma vez que existem posições divergentes dos decisores políticos face ao papel que o Estado deve desempenhar na Economia.

Ainda assim, num mundo em que o investimento público e privado são duas componentes essenciais na tomada de decisões ao nível das políticas económicas, é plausível afirmar que existe uma relação de complementaridade entre estas duas variáveis, sendo fundamental a compreensão de ambas para compreender a evolução do consumo privado (Arrow e Kruz, 2013). Para os autores, o investimento público que o Estado detém uma verdadeira ferramenta para influenciar a economia, visto que, não pode influenciar diretamente o consumo privado nem o investimento privado.

Dada, a sua importância para a economia, cabe agora perceber que exemplos existem de investimento público e quais são, por norma, as suas principais contribuições.

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Segundo as Nações Unidas (2009), o investimento público está normalmente associado a despesas na construção de infraestruturas, como estradas, pontes, estruturas de telecomunicações, saneamento, que podem assumir uma vida produtiva de décadas, sendo que, existem também projetos de infraestruturas mais pequenos que podem ser implementados e concluídos em poucos anos. É de salientar que todo este investimento público está naturalmente associado a formação de capital tangível.

Para além disto, o investimento público apresenta uma forte componente de formação de capital intangível, nomeadamente ao nível dos investimentos feitos nas áreas da Educação e Saúde, que contribuem não apenas para o desenvolvimento individual de capital humano, mas também para a criação de benefícios que se estendem por toda a sociedade por elevados períodos de tempo (Nações Unidas, 2009).

Outro dado extremamente pertinente é o facto do investimento público ter vindo a ganhar cada vez mais importância com a crise económica e financeira global que em 2008 despoletou (Abiad *et al.*, 2015). Neste sentido, Presbitero (2016) refere que muitos países da União Europeia fizeram, a partir de 2008, um grande esforço ao nível do investimento público no sentido de recuperar a atividade económica.

Neste capítulo do incentivo ao investimento público, Portugal não fugiu à regra, e em 2009 o governo lançou um pacote de medidas denominadas “Iniciativas para o Investimento e o Emprego” (Governo de Portugal, 2009) que tinham como principal objetivo reforçar o investimento público e o investimento privado e ainda promover a criação de emprego (Andrade, 2010).

Importa ainda referir que, segundo Pereira (2016), a maior parte dos investimentos públicos realizados em Portugal têm estado ligados aos investimentos em infraestruturas, o que é explicado pela estratégia implementada, desde a entrada de Portugal na CEE, de desenvolvimento e aproximação aos padrões de vida comunitários. O autor refere ainda que a grande parte destes investimentos têm sido possíveis devido à ajuda financeira prestada pela União Europeia no âmbito dos fundos comunitários.

Por último importa referir que o debate feito internacionalmente, como já referido, acerca da maior contribuição ou não do investimento público na economia, está bastante presente em Portugal, com os vários intervenientes políticos a entrarem muitas das vezes em discórdia. Neste sentido, apesar da proximidade dos dois principais partidos

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

políticos (Freire, 2005), é natural que se verifica ao nível das políticas do investimento público, um enviesamento mais à esquerda quando os executivos governativos são liderados pelo PS e um enviesamento mais à direita quando os executivos governativos são liderados pelo PSD (Guedes, a, 2012).

### 3. Metodologia

Os métodos que irão ser utilizados, a base de dados utilizada e as variáveis em estudo são agora sucintamente descritas.

Em primeiro lugar é de referir que o período em análise se encontra compreendido entre 2002 e 2011 e que os dados serão tratados sempre numa base trimestral, sendo que, foi escolhido o ano de 2002 para o início da análise uma vez que foi nesse mesmo ano que o Euro entrou oficialmente em vigor em Portugal, e o de 2011 pois é o ano a partir do qual Portugal ficou sob o Programa de Assistência Económica e Financeira<sup>1</sup> (Banco de Portugal, 2011) – considera-se que estes são dois períodos marcantes na história recente da economia portuguesa. É também de acrescentar que se optou por trabalhar numa base trimestral uma vez que, trabalhar com uma base anual num período relativamente curto (2002 a 2011) poderia levantar problemas de significância à análise<sup>2</sup>

Em segundo lugar, importa sublinhar que com as variáveis escolhidas pretende-se explicar a evolução da economia portuguesa no geral, recorrendo para isso a variáveis de carácter económico, social e político e responder à questão em debate: “O impacto do contexto partidário dos executivos governativos na evolução do PIB Nacional desde a entrada de Portugal na Zona Euro”.

Em terceiro lugar, foram desenvolvidos modelos econométricos<sup>3</sup> com o intuito de procurar explicar a evolução do PIB Nacional tendo por base as variáveis descritas de seguida.

Analizadas numa base trimestral, como já referido anteriormente, as variáveis selecionadas são as seguintes:

- PIB Nacional – Esta variável está na base de toda a análise, pois é o comportamento do PIB que se pretende explicar em função das restantes variáveis. Para além disto, o PIB é fundamental para caracterizar a realidade económica de um país, já que mede a riqueza criada neste (Pordata, 2016). Para

---

<sup>1</sup> Programa acordado em Maio de 2011 entre as autoridades portuguesas, o FMI e UE com o objetivo de reestabelecer as finanças públicas e o promover o crescimento económico (Banco de Portugal, 2016).

<sup>2</sup> Considera-se que para efeitos estatísticos, uma amostra grande apresenta mais do que 30 observações.

<sup>3</sup> Foi utilizando o *software* “SPSS Statistics” – versão 23.0

esta análise foram recolhidos dados do Banco de Portugal numa base trimestral e a preços constantes<sup>4</sup>;

- Investimento Público – Como medida controlada pelo Estado, o investimento público representa em grande parte as opções e estratégias adotadas pelos executivos governativos, o que faz com que seja uma variável extremamente útil à análise. A par do PIB é a variável chave desta análise, pois com esta julga-se conseguir analisar o impacto que os vários governos têm na evolução do PIB no período em análise. É ainda de referir que nesta análise o investimento público irá aparecer como a soma de todo o investimento feito em formação de capital em todos os Ministérios desde 2002 a 2011, sendo que para o efeito, recorreu-se às Contas Provisórias Trimestrais<sup>5</sup> disponibilizadas pela Direção Geral do Orçamento – DGO;
- Variáveis de Controlo – apesar do foco desta análise ser estabelecer uma relação entre o investimento público e a evolução do PIB, é fundamental inserir outras variáveis que possuem grande impacto no PIB:
  - Exportações Nacionais – fortemente relacionado com o PIB, este é um indicador que não deve ser deixado de parte, uma vez que ajuda a caracterizar a capacidade produtiva de um país e consequentemente a medir sua capacidade em vender os bens e serviços que produz ao estrangeiro. Os dados das exportações nacionais foram conseguidos através do Banco de Portugal numa base trimestral;
  - Dívida Direta do Estado – este indicador mede a saúde das finanças públicas de um país, sendo essencial para perceber as políticas tomadas ao nível dos impostos, investimento, no fundo, ajudar a medir as despesas do Estado sendo que, em casos de elevada dívida o investimento público poderá ficar condicionado. É ainda de salientar que os dados da Dívida Direta do Estado foram retirados do Banco de Portugal numa base mensal, sendo que foram posteriormente convertidos para uma base trimestral;
  - Taxa de Desemprego – Sendo um indicador de carácter económico e social, é fundamental para ajudar a medir a qualidade de vida dos

---

<sup>4</sup> Preços calculados com base no ano de 2011 (Banco de Portugal, 2016).

<sup>5</sup> Apesar de provisórios os dados não diferem mais do que 5% a 10% da realidade, segundo informação da DGO.

portugueses e a saúde económica do país. Para além disto, é expectável que um aumento da taxa de desemprego tenha consequências na evolução do PIB, já que, revela um aumento do número de pessoas que fazem parte população ativa<sup>6</sup> e se encontram sem trabalhar e ainda, a incapacidade da economia portuguesa em gerar novos postos de trabalho;

- Investimento por Ministério – Relacionado com o investimento público, esta variável surge da necessidade de perceber onde é que os executivos governativos têm decidido investir o dinheiro público nos últimos anos e assim, compreender como é afetado o PIB em função da ideologia política que se encontra no governo. Desta forma foram selecionados uma série de áreas governativas, considerados mais relevantes em termos de potenciais diferenças ideológicas e formação bruta de capital fixo, para analisar com mais detalhe o impacto do investimento público na evolução do PIB. É ainda de referir que todos os dados referentes ao investimento realizado nestas áreas governativas foram recolhidos com base nas Contas Provisórias Trimestrais, disponibilizadas pela DGO, tendo em conta as despesas realizadas em formação de capital presentes na rubrica Investimentos do Plano, para cada Ministério. As áreas governativas selecionadas foram as seguintes:
  - Economia<sup>7</sup>;
  - Obras Públicas;
  - Agricultura;
  - Ambiente<sup>8</sup>;
  - Educação;
  - Ciência e Ensino Superior;
  - Trabalho e Segurança Social;
- Variáveis *Dummy* – serão adicionadas duas variáveis *dummy* para testar o impacto da ideologia presente no governo e o impacto de determinado trimestre ser trimestre de eleições, nos tipos de investimentos públicos que são feitos.

---

<sup>6</sup> Conjunto de indivíduos com mais de 15 anos que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados) (INE, 2016)

<sup>7</sup> O investimento feito no Ministério do Turismo (no 4º Trimestre de 2004) foi também aqui considerado, uma vez que este Ministério teve uma duração muito reduzida, aparecendo apenas no trimestre referido, e é normalmente inserido no Ministério da Economia (Governo de Portugal, 2016)

<sup>8</sup> Devido à reduzida durabilidade dos Ministérios, o investimento realizado no Ministério do Planeamento (1º Trimestre de 2002) e no Ministério das Cidades (4º Trimestre de 2004 e 1º Trimestre de 2005) vêm contemplados no Ministério do Ambiente

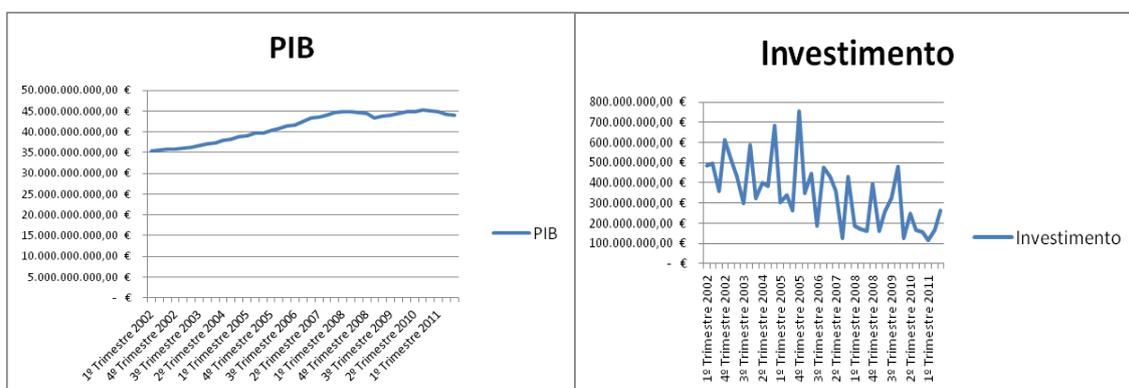
## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

- Variável *Dummy 1* – ideologia presente no governo - será atribuído o número 1 a governos liderados pelo Partido Socialista e o número 0 a governos liderados pelo Partido Social Democrata. É de referir que a entrada em vigor de um novo orçamento de estado será considerado o momento para a mudança da ideologia política no governo, nos casos em que esta se verifique;
- Variável *Dummy 2* – ocorrência de eleições - será atribuído um 0 para trimestres em que não há quaisquer eleições e 1 para trimestres em que ocorreram eleições (legislativas, europeias, autárquicas). É de salientar que o efeito das eleições aparecerá sempre desfasado 1 ano (4 períodos), considerando assim que “hoje” pode existir uma mudança nas variáveis antecipando a ocorrência de eleições dentro de 1 ano.

Após a construção da base de dados<sup>9</sup>, tendo em conta as variáveis acima descritas, proceder-se-á à construção de modelos de regressão linear múltipla, com o objetivo de perceber qual a relação existente entre o PIB e as variáveis em estudo, procurando assim responder à questão de fundo do presente trabalho.

No entanto, antes de estimar qualquer modelo de regressão linear é necessário verificar a estacionaridade<sup>10</sup> das variáveis em causa. De acordo com a figura que se segue, é possível afirmar que os gráficos em questão sugerem a não estacionaridade das variáveis.

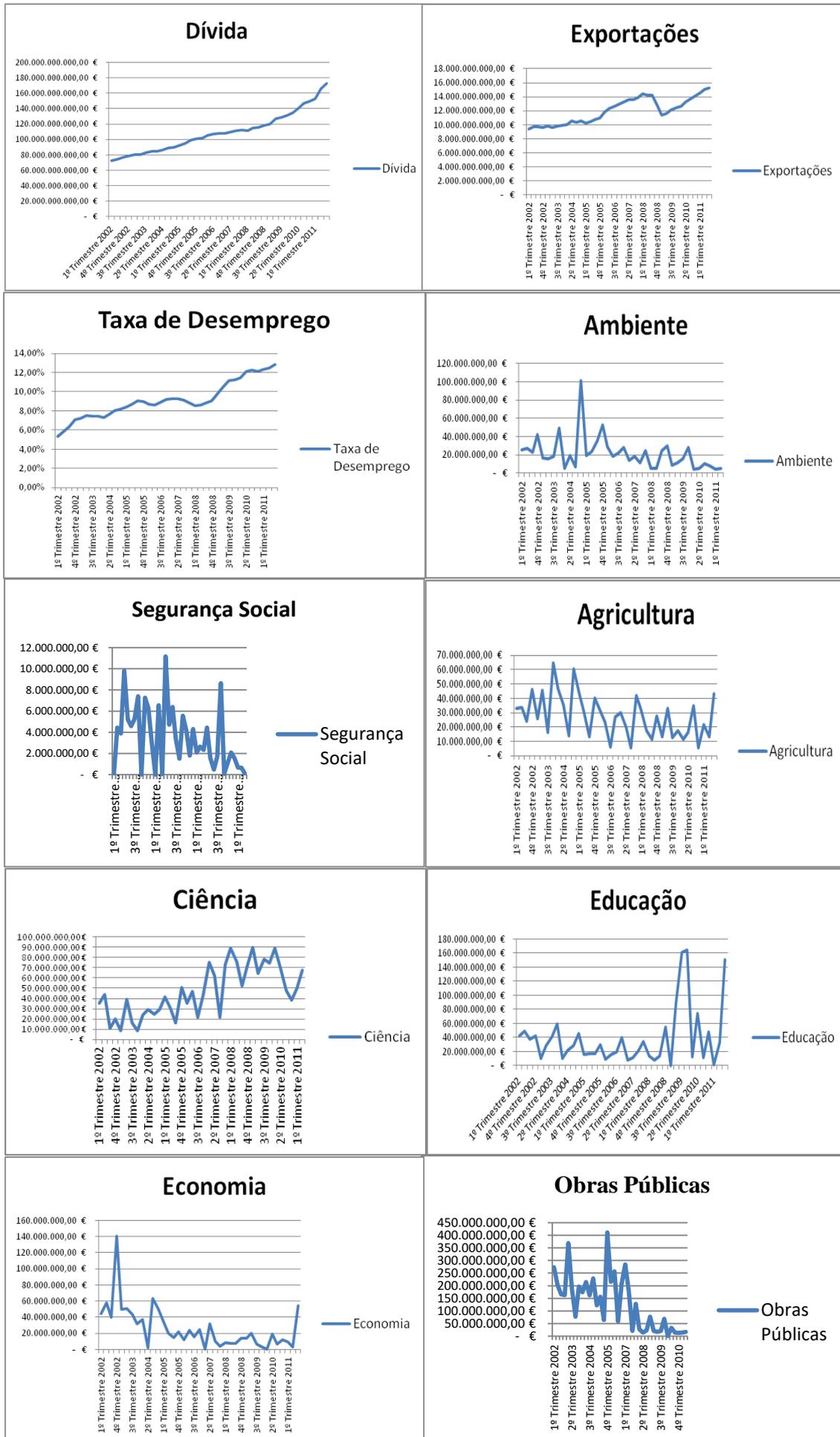
**Figura 4** -Evolução das variáveis em estudo entre 2002 e 2011



<sup>9</sup> Que poderá ser disponibilizada para consulta caso seja solicitada

<sup>10</sup> Para a estimação dos testes de estacionaridade foi utilizado o *software* EViews versão 9.0

# O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB



## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Para assegurar a estacionaridade das variáveis foi feito o Teste de *Augmented Dickey-Fuller* (ADF), cujos resultados estão presentes na tabela 1.

**Tabela 1 - Teste de Raízes Unitárias: ADF**

Variáveis	Valor do Teste	Valor Crítico do Teste <sup>11</sup>	Probabilidade do Teste	Decisão
PIB	-1.880866	-2.941145	0.3374	Não Rejeitar H <sub>0</sub>
$\Delta$ PIB	-1.458255	-2.943427	0.5432	Não Rejeitar H <sub>0</sub>
$\Delta$ PIB (2 <sup>a</sup> Diferença)	-10.31099	-2.943427	0.0000	<b>Rejeitar H<sub>0</sub></b>
Investimento Público	-0.787218	-2.945842	0.8107	Não Rejeitar H <sub>0</sub>
$\Delta$ Investimento Público	-10.77807	-2.945842	0.0000	<b>Rejeitar H<sub>0</sub></b>
Dívida	1.870980	-2.948404	0.9997	Não Rejeitar H <sub>0</sub>
$\Delta$ Dívida	1.160881	-2.948404	0.9972	Não Rejeitar H <sub>0</sub>
$\Delta$ Dívida (2 <sup>a</sup> Diferença)	-8.532935	-2.948404	0.0000	<b>Rejeitar H<sub>0</sub></b>
Exportações	-0.806659	-2.941145	0.8058	Não Rejeitar H <sub>0</sub>
$\Delta$ Exportações	-3.657067	-2.941145	0.0090	<b>Rejeitar H<sub>0</sub></b>
Taxa de Desemprego	0.898763	-2.943427	0.9944	Não Rejeitar H <sub>0</sub>
$\Delta$ Taxa de Desemprego	-2.801122	-2.609066 <sup>12</sup>	0.0676	<b>Rejeitar H<sub>0</sub></b>
Economia	-1.980369	-2.938987	0.0038	Não Rejeitar H <sub>0</sub>
$\Delta$ Economia	-7.014271	-2.943427	0.0000	<b>Rejeitar H<sub>0</sub></b>
Obras Públicas	-0.592012	-2.945842	0.8601	Não Rejeitar H <sub>0</sub>
$\Delta$ Obras Públicas	-8.021537	-2.945842	0.0000	<b>Rejeitar H<sub>0</sub></b>
Agricultura	-1.337862	-2.945842	0.6012	Não Rejeitar H <sub>0</sub>
$\Delta$ Agricultura	-10.21397	-2.945842	0.0000	<b>Rejeitar H<sub>0</sub></b>

<sup>11</sup> Foram considerados os valores críticos a 5%

<sup>12</sup> Aqui foi considerado o valor crítico do teste a 10%, uma vez que, com o valor a 5%, a hipótese nula não seria rejeitada.

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Ambiente	-0.685025	-2.945842	0.8379	Não Rejeitar $H_0$
$\Delta$ Ambiente	-10.59946	-2.945842	0.0000	<b>Rejeitar <math>H_0</math></b>
Educação	-4.168440	-2.938987	0.0022	Não Rejeitar $H_0$
$\Delta$ Educação	-8.499569	-2.941145	0.0000	<b>Rejeitar <math>H_0</math></b>
Ciência	-2.789361	-2.938987	0.0690	Não Rejeitar $H_0$
$\Delta$ Ciência	-6.726308	-2.945842	0.0000	<b>Rejeitar <math>H_0</math></b>
Segurança Social	-1.355128	-2.938987	0.0000	Não Rejeitar $H_0$
$\Delta$ Segurança Social	-7.309328	-2.945842	0.0000	<b>Rejeitar <math>H_0</math></b>

Formulação da Hipótese: Hipótese Nula( $H_0$ ):A variável tem pelo menos uma raiz unitária;

Critério de Decisão: Se Valor do Teste  $\geq$  Valor Crítico – Não Rejeitar  $H_0$

Se valor do Teste  $<$  Valor Crítico – Rejeitar  $H_0$

De acordo com a tabela 1, é possível verificar que para todas as variáveis o teste indicou a não estacionaridade das mesmas – não se rejeitou  $H_0$ .

Assim, procedeu-se ao cálculo da primeira diferença das variáveis (Griffiths *et al.*, 2007), transformando as séries cronológicas em variações logarítmicas. No entanto, como se pode observar na tabela 1, o problema da estacionaridade para a variável PIB e Dívida Direta do Estado só ficou resolvido com o cálculo da segunda diferença.

Após assegurar a estacionaridade das variáveis é então possível prosseguir para a estimação dos modelos.

## 4. Análise e Interpretação dos Resultados

### 4.1 Investimento Público e Variáveis de Controlo como Influenciadores do PIB Nacional

#### 4.1.1 Estimação do Modelo

A primeira opção a ser considerada foi a estimação de um modelo em que foram tomadas como variáveis explicativas as variáveis de controlo anteriormente mencionadas. Assim, com a estimação do primeiro modelo pretendeu-se demonstrar

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

quais as variáveis que contribuem estatisticamente para explicar o PIB Nacional, sendo que foi considerado um desfasamento da variável  $\Delta$ Investimento Público de 1 ano (4 períodos) assumindo que o investimento público que é feito hoje apenas se repercute no PIB no espaço de 1 ano.

Desta forma foi então estimado um modelo (1) de regressão linear múltipla em que:

$$\Delta\text{PIB}_t = \beta_0 + \Delta\text{Investimento Público}_{t-4} + \Delta\text{Taxa de Desemprego}_t + \Delta\text{Exportações}_t + \Delta\text{Dívida Direta do Estado}_t + \varepsilon \quad (1)$$

Apesar de o teste global de validade do modelo (ANOVA) se revelar significativo ( $\text{sig} < 0,1$ ) – ver anexo 1, tabela 2 – apenas as variáveis  $\Delta$ Investimento Público e  $\Delta$ Exportações podem ser consideradas como estatisticamente significativas para a explicação do PIB, já que, a significância das variáveis  $\Delta$ Taxa de Desemprego e  $\Delta$ Dívida Direta do Estado é superior a 0,1 (consultar anexo 1 – tabela 3).

Num segundo modelo (1.1), analisou-se apenas as variáveis  $\Delta$ Investimento Público e  $\Delta$ Exportações.

Com estas duas variáveis explicativas o modelo 1.1 revelou-se uma vez mais válido – segundo o teste da ANOVA ( $\text{sig} < 0,1$ ) – e apresentou um  $R^2$  de 38,1%<sup>13</sup> e um  $R^2$  ajustado de 34,8%<sup>14</sup> (ver anexo 1, tabelas 4 e 5 respetivamente). Para além disto, ambas as variáveis revelaram contribuir estatisticamente para a explicação do PIB –  $\text{sig} < 0,1$  - (anexo 1, tabela 6).

De acordo com este modelo é então possível concluir que 38,1% da variação do PIB Nacional é explicado, no período de 2002 a 2011, pelo  $\Delta$ Investimento Público e pela  $\Delta$ Exportações, sendo que, 34,8% da variação do PIB Nacional é também explicada, para o mesmo período, pelas duas variáveis explicativas em causa. Ambos os resultados revelam que o modelo 1.1 apresenta elevado poder explicativo.

Com base nos *Betas* estimados (ver anexo 1, tabela 6), é possível formular a seguinte reta de regressão para este modelo:

---

<sup>13</sup>  $R^2$  – coeficiente de determinação – é uma medida descritiva da qualidade do ajuste obtido. Varia entre 0 e 1, indicando em percentagem a capacidade explicativa do modelo, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior a capacidade explicativa do modelo.

<sup>14</sup>  $R^2$  ajustado – é utilizado para comparar o ajustamento global do modelo com a mesma variável dependente e mesma dimensão da amostra, mas com um número de variáveis independentes diferentes. Desta forma, avalia se as variáveis explicativas em causa são relevantes para o modelo.

$$\Delta\text{PIB}_t = -0,104 + 0,009 * \Delta\text{Investimento Público}_{t-4} + 0,65 * \Delta\text{Exportações}_t + \varepsilon \quad (1.1)$$

Antes de interpretar os resultados obtidos, importa referir que o modelo foi estimado de acordo com os estimadores *OLS – Ordinary Least Square* – o que faz com que tenha de cumprir uma série de pressupostos (tabela 7, anexo 1). Assim, é possível verificar que:

1. O modelo apresenta um Modelo Teórico:  $\text{PIB}_t = \beta_0 + \beta_1 * \text{Investimento Público}_{t-4} + \beta_2 * \text{Exportações}_t + \varepsilon(\text{erros})$ ;
2. O valor esperado dos resíduos é zero (tabela 8, anexo 1);
3. As variáveis independentes são não correlacionadas com os resíduos, uma vez que, como é possível verificar na tabela 9 (anexo 1) as variáveis independentes  $\Delta\text{Investimento Público}$  e  $\Delta\text{Exportações}$  não estão correlacionadas com os resíduos (*Pearson Correlation* = 0), pelo que não existe uma relação linear entre cada uma destas variáveis independentes e os resíduos;
4. Existe ausência de correlação entre os resíduos. De acordo com o teste de Durbin Watson (tabela 10, anexo 1) pode-se concluir pela ausência de correlação entre os resíduos uma vez que, quando Teste Durbin Watson = 2, não existe correlação. Assim, quando os valores se situam perto de 2 (2,628) sugerem a não correlação.
5. Verifica-se homocedasticidade uma vez que, a figura 12 (anexo 1) aponta para que os resíduos mantenham uma distância aproximadamente constante face ao eixo horizontal (variabilidade constante em torno de zero), o que aponta no sentido da existência de homocedasticidade.
6. Existe normalidade dos Resíduos. No entanto, a figura 13 (anexo 1) sugere a existência de desvios dos resíduos face à reta da normalidade. Assim, foi necessário proceder ao teste de *Kolmogorov-Smirnov* à normalidade dos resíduos. De acordo com o teste (tabela 11, anexo 1), é possível afirmar que não se rejeita a hipótese nula (de que os resíduos seguem distribuição normal) - sig (0,200) > 0,1 - concluindo assim pela normalidade do resíduos.
7. De acordo com a tabela 12 (anexo 1) é possível observar que todas as variáveis apresentam um valor do VIF < 10 e um valor de *Tolerance* > 0,1; quando estas duas condições são respeitadas, conclui-se pela ausência de multicolinearidade.

#### 4.1.2 Variáveis Dummy

De forma a medir o impacto da diferença ideológica presente nos executivos governativos e da ocorrência de eleições na variação do PIB, foram inseridas as variáveis *dummy* 1 e *dummy* 2 ao modelo 1.1, dando origem ao seguinte modelo:

$$\Delta\text{PIB}_t = \beta_0 + \Delta\text{Investimento Público}_{t-4} + \Delta\text{Exportações}_t + \text{Dummy 1} + \text{Dummy 2} + \varepsilon$$

(1.2)

No entanto, como é possível observar pela tabela 13 (anexo 1), nenhuma das variáveis *dummy* se revelou estatisticamente significativa.

#### 4.1.3 Interpretação dos Resultados Obtidos

Começando a interpretar os resultados obtidos, é possível afirmar, de acordo com o modelo 1.1, que o  $\Delta$ Investimento Público e as  $\Delta$ Exportações contribuem para explicar a variação do PIB Nacional. Assim, analisando a equação obtida, tem-se que, mantendo tudo constante, um aumento de uma unidade de investimento público conduz a um aumento do PIB de 0,009 unidades, enquanto o mesmo aumento nas exportações conduz a um aumento do PIB de 0,66 unidades. Para além disto, é de referir que mantendo as duas variáveis explicativas iguais a zero, o valor estimado para a variação do PIB seria de -0,107, ou seja, registaria um decréscimo aproximado de 11%.

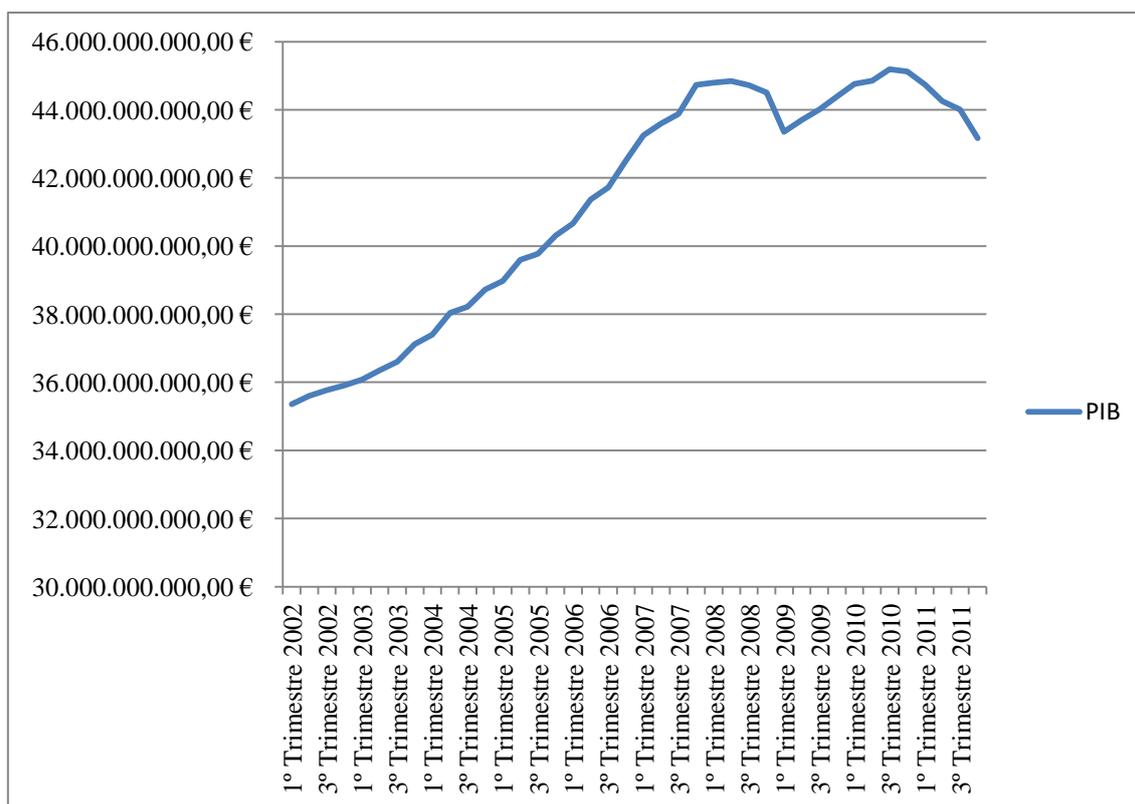
Dado que a variação na Dívida Direta do Estado e na Taxa de Desemprego não se revelaram significativas para explicar a variação do PIB, é plausível afirmar que a economia portuguesa assenta numa base Keynesiana, em que as exportações e o investimento público se assumem como fatores essenciais para o crescimento económico.

Aliás, de acordo com a tabela 14 (anexo 1), é possível observar que tanto a variável  $\Delta$ Exportações como a  $\Delta$ Investimento Público têm uma correlação positiva com a variação do PIB, o que significa que um aumento no investimento público e nas exportações conduz a um aumento do PIB.

Como é possível observar na figura 5, o PIB segue uma tendência de crescimento desde o 1º trimestre de 2002 até 2008, verificando-se uma clara tendência de decréscimo a

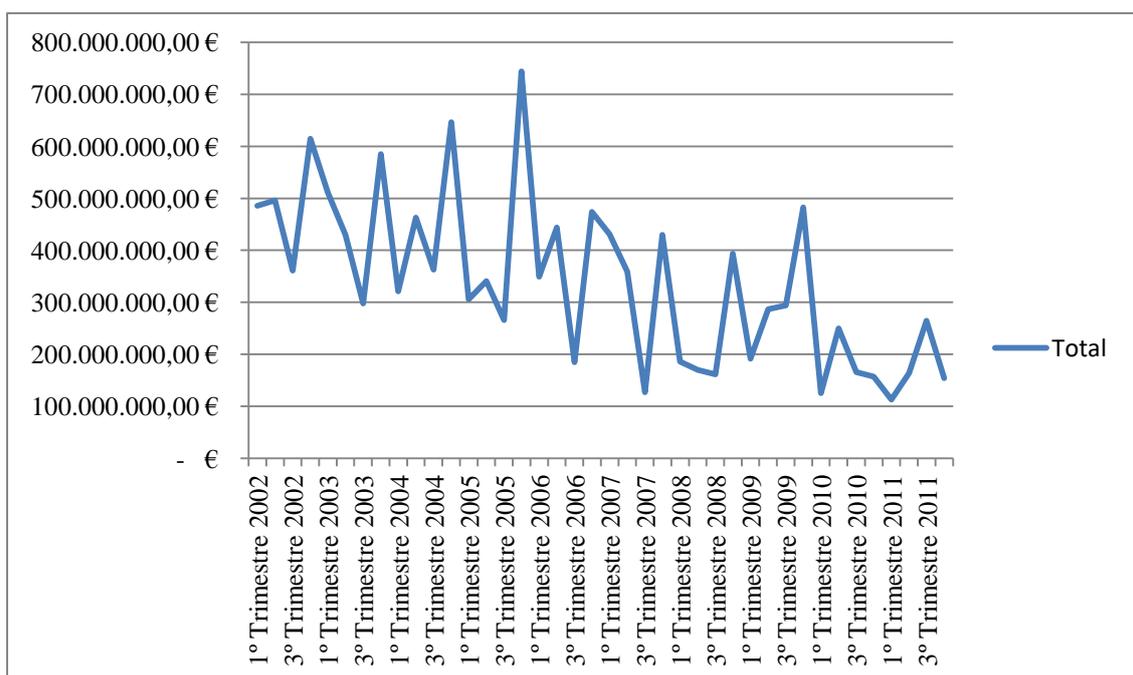
partir do final de 2010, o que pode ser explicado pela grave crise económica que afetou a União Europeia e naturalmente Portugal (Karanikolos et al, 2013).

**Figura 5** - Evolução da variável PIB Nacional entre 2002 e 2011



Já o Investimento Público (figura 6) apresenta, com alguns altos e baixos, uma clara tendência de decréscimo desde 2002 até 2011, tendo no 4º trimestre de 2005 o seu pico máximo, o que se pode dever ao facto de este ser um período em que a União Europeia retomou o seu crescimento económico e em que eram dados sinais no sentido de incentivar o investimento público (Banco de Portugal, 2006). Por outro lado, é também possível encontrar um pico de crescimento do investimento público entre 2008 e 2009, o que pode ser explicado como uma tentativa de fazer face à crise financeira de 2008 e ao efeito de contágio resultante da falência do banco americano *Lehman Brothers*.

**Figura 6** - Evolução da variável Investimento Público entre 2002 e 2011



Por último importa referir que duas variáveis *dummy* não afetam a evolução da variação do PIB, ou seja, a variação do PIB não é explicada pela ideologia presente nos executivos governativos nem pela ocorrência de eleições.

## 4.2 Investimento em cada Ministério como Influenciador do PIB Nacional

Após analisar a capacidade explicativa da variação do investimento público relativamente à variação do PIB, cabe agora analisar esse mesmo investimento mas de uma forma mais detalhada.

### 4.2.1 Variação do PIB no curto prazo

Em primeiro lugar foi estimado o modelo 2 em que se pretende demonstrar que:

$$\Delta \text{PIB}_t = \beta_0 + \Delta \text{InvEco}_t + \Delta \text{InvAgr}_t + \Delta \text{InvAmb}_t + \Delta \text{InvEdu}_t + \Delta \text{InvCien}_t + \Delta \text{InvSS}_t + \Delta \text{InvOP}_t + \varepsilon \quad (2)$$

De acordo com a tabela 15 (anexo 1), pode-se concluir que o modelo estimado é válido ( $\text{sig} < 0,1$ ), sendo que, no entanto, apenas os Ministérios da Educação, Economia e

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Agricultura se revelaram estatisticamente significativos na explicação da variável dependente (tabela 16, anexo 1). Assim, é plausível afirmar que, à primeira vista, apenas o investimento nestes três ministérios provoca um impacto na variação do PIB a curto prazo.

No entanto, para que a análise fique mais completa, foi testado um segundo modelo (2.1) em que foi adicionado o quadrado da variação no investimento para todos os ministérios, sendo o modelo a testar o seguinte:

$$\Delta \text{PIB}_t = \beta_0 + \Delta \text{InvEco}_t + \Delta \text{InvAgr}_t + \Delta \text{InvAmb}_t + \Delta \text{InvEdu}_t + \Delta \text{InvCien}_t + \Delta \text{InvSS}_t + \Delta \text{InvOP}_t + (\Delta \text{InvEco}_t)^2 + (\Delta \text{InvAgr}_t)^2 + (\Delta \text{InvAmb}_t)^2 + (\Delta \text{InvEdu}_t)^2 + (\Delta \text{InvCien}_t)^2 + (\Delta \text{InvSS}_t)^2 + (\Delta \text{InvOP}_t)^2 + \varepsilon \quad (2.1)$$

Com este novo modelo pretendeu-se averiguar se as variáveis explicativas apresentavam uma relação não linear com a variável dependente e eliminar quaisquer variações de investimento negativas que pudessem existir. Contudo, apesar de este modelo ser válido (tabela 17, anexo 1), uma vez mais ficou demonstrado que apenas as variáveis explicativas  $\Delta$ Investimento no Ministério da Economia,  $\Delta$ Investimento no Ministério da Agricultura e  $\Delta$ Investimento no Ministério da Educação se revelaram significativas para a análise (ver tabela 18, anexo 1).

Assim, o modelo final a ser estimado (2.2), para explicar a variação do PIB no curto prazo com base na variação do investimento feito em cada Ministério, foi o seguinte:

$$\Delta \text{PIB}_t = \beta_0 + \Delta \text{InvEco}_t + \Delta \text{InvAgr}_t + \Delta \text{InvEdu}_t + \varepsilon \quad (2.2)$$

Com este último modelo (válido segundo o Teste da ANOVA – tabela 19, anexo 1), chegou-se a um  $R^2$  de 50,5% (tabela 20, anexo 1), o que significa que aproximadamente 50% da variação do PIB pode ser explicada pela variação no investimento nos três ministérios acima descritos, e, com base nos Betas estimados (tabela 21, anexo 1) à seguinte reta da equação:

$$\Delta \text{PIB}_t = -0,025 + 0,002 * \Delta \text{InvEco}_t + 0,006 * \Delta \text{InvAgr}_t + 0,004 * \Delta \text{InvEdu}_t + \varepsilon \quad (2.2)$$

Segundo a reta estimada, é possível afirmar que a variação do PIB, caso as variáveis explicativas assumam valores iguais a zero, é igual a -0,025. Por outro lado, verifica-se também que face a um aumento de uma unidade no investimento no Ministério da

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Economia, verifica-se um aumento de 0,002 unidades no PIB, mantendo tudo o resto constante. Por outro lado, um aumento de uma unidade no investimento no Ministério da Agricultura conduz a um aumento de 0,006 unidades no PIB, mantendo tudo o resto constante. Por fim, a reta estimada indica ainda que um aumento de uma unidade no investimento no Ministério da Educação conduz a um aumento de 0,004 unidades no PIB, mantendo tudo o resto constante.

É de salientar que estas variações acontecem, como já referido, no curto prazo, ou seja, o PIB reage imediatamente à variação das áreas governativas em causa, não tendo sido considerados quaisquer desfasamentos das variáveis.

Para garantir a validade deste modelo final (2.2), dado este ter sido estimado recorrendo ao método dos estimadores *OLS*, foram analisados todos os pressupostos subjacentes à sua construção (tabela 7, anexo 1), sendo que, como se pode observar, todos os pressupostos foram cumpridos, nomeadamente:

1. O modelo apresenta um Modelo Teórico:  $\Delta\text{PIB}_t = \beta_0 + \beta_1 * \Delta\text{InvEco}_t + \beta_2 * \Delta\text{InvAgr}_t + \beta_3 * \Delta\text{InvEdu}_t + \varepsilon(\text{erros})$ ;
2. O valor esperado dos resíduos é zero (tabela 22, anexo 1);
3. As variáveis independentes são não correlacionadas com os resíduos, uma vez que, como é possível verificar na tabela 23 (anexo 1) as variáveis independentes  $\Delta\text{Investimento Público}$  e  $\Delta\text{Exportações}$  não estão correlacionadas com os resíduos (*Pearson Correlation* = 0), pelo que não existe uma relação linear entre cada uma destas variáveis independentes e os resíduos;
4. Existe ausência de correlação entre os resíduos. De acordo com o teste de Durbin Watson (tabela 20, anexo 1) pode-se concluir pela ausência de correlação entre os resíduos uma vez que, quando Teste Durbin Watson = 2, não existe correlação. Assim, quando os valores se situam perto de 2 (2,273) sugerem a não correlação.
5. Verifica-se homocedasticidade uma vez que, a figura 14 (anexo 1) aponta para que os resíduos mantenham uma distância aproximadamente constante face ao eixo horizontal (variabilidade constante em torno de zero), o que aponta no sentido da existência de homocedasticidade.
6. Existe normalidade dos Resíduos. No entanto, a figura 15 (anexo 1) sugere a existência de desvios dos resíduos face à reta da normalidade. Assim, foi

necessário proceder ao teste de *Kolmogorov-Smirnov* à normalidade dos resíduos. De acordo com o teste (tabela 24, anexo 1), é possível afirmar que não se rejeita a hipótese nula (de que os resíduos seguem distribuição normal) - sig 0,155 > 0,1 – concluindo-se assim pela normalidade dos resíduos.

7. De acordo com a tabela 21 (anexo 1) é possível observar que todas as variáveis apresentam um valor do VIF < 10 e um valor de *Tolerance* > 0,1; quando estas duas condições são respeitadas, conclui-se pela ausência de multicolinearidade.

### 4.2.2 Variação do PIB no longo prazo

Por forma a perceber se o investimento nos ministérios afetam o PIB a longo prazo, ou seja, se o investimento que é feito “hoje” apenas tem impacto no PIB no futuro, considerou-se um desfasamento da variável  $\Delta\text{PIB}$  de 5 períodos. Desta forma, foi testada a hipótese do investimento feito no 1º trimestre de 2002 apenas apresentar resultados no PIB do 2º trimestre de 2003. É de salientar que foi considerado este desfasamento uma vez que, sendo o investimento uma variável que pode apresentar resultados no curto, médio ou longo prazo, existem ministérios onde o seu investimento apenas se repercute no médio / longo prazo.

Assim foi testado o seguinte modelo (3):

$$\Delta\text{PIB}_t = \beta_0 + \Delta\text{InvEco}_{t-5} + \Delta\text{InvAgr}_{t-5} + \Delta\text{InvAmb}_{t-5} + \Delta\text{InvEdu}_{t-5} + \Delta\text{InvCien}_{t-5} + \Delta\text{InvSS}_{t-5} + \Delta\text{InvOP}_{t-5} + \varepsilon \quad (3)$$

Como se pode observar na tabela 25 (anexo 1), o modelo estimado é estatisticamente válido pois apresenta uma significância < 0,1 - o que permite afirmar que variação do PIB pode ser explicada por estas variáveis explicativas – e apresenta um  $R^2$  de 44,4%, o que revela uma elevada capacidade explicativa do modelo (ver tabela 26, anexo 1).

No entanto, segundo a tabela 27 do anexo 1, é possível verificar que apenas dois dos ministérios em análise (Ambiente e Educação) se revelam estatisticamente significativos na explicação da variável dependente. Desta forma, procedeu-se à reformulação do modelo, adicionando como variáveis explicativas o quadrado de todas as variáveis explicativas em questão. Com este método pretende-se, à semelhança do que foi feito para a explicação do PIB a curto prazo, eliminar as variações negativas que

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

possam existir nas séries, bem como procurar perceber se existe uma relação não linear entre as variáveis independentes e a variável dependente.

$$\Delta\text{PIB}_t = \beta_0 + \Delta\text{InvEco}_{t-5} + \Delta\text{InvAgr}_{t-5} + \Delta\text{InvAmb}_{t-5} + \Delta\text{InvEdu}_{t-5} + \Delta\text{InvCien}_{t-5} + \Delta\text{InvSS}_{t-5} + \Delta\text{InvOP}_{t-5} + (\Delta\text{InvEco}_{t-5})^2 + (\Delta\text{InvAgr}_{t-5})^2 + (\Delta\text{InvAmb}_{t-5})^2 + (\Delta\text{InvEdu}_{t-5})^2 + (\Delta\text{InvCien}_{t-5})^2 + (\Delta\text{InvSS}_{t-5})^2 + (\Delta\text{InvOP}_{t-5})^2 \quad (3.1)$$

Com a estimação deste segundo modelo (3.1), que se revelou válido uma vez mais (ver tabela 28, anexo 1), é possível demonstrar que a variação do investimento de todos os ministérios em causa, à exceção do Ministério da Economia e Agricultura, contribui estatisticamente para a explicação da variação do PIB a longo prazo e apresenta uma relação com a variável dependente.

No entanto, esta relação apresenta um carácter linear para as variáveis  $\Delta$ Investimento no Ministério do Ambiente e  $\Delta$ Investimento no Ministério da Educação – variáveis significativas, como se pode observar na tabela 29 do anexo 1 – e um carácter não linear para as variáveis  $\Delta$ Investimento no Ministério da Ciência,  $\Delta$ Investimento no Ministério da Segurança Social e  $\Delta$ Investimento no Ministério das Obras Públicas – variáveis significativas, de acordo com a tabela 28 do anexo 1.

Assim, de modo a tornar o modelo mais sólido, foram retiradas as variáveis  $\Delta$ Investimento Ministério da Economia e  $\Delta$ Investimento Ministério da Agricultura, pois como referido anteriormente, não são significativas para a análise.

Assim, o modelo final a ser estimado para a explicação do PIB a longo prazo é (3.2):

$$\Delta\text{PIB}_t = \beta_0 + \Delta\text{InvAmb}_{t-5} + \Delta\text{InvEdu}_{t-5} + \Delta\text{InvCien}_{t-5} + \Delta\text{InvSS}_{t-5} + \Delta\text{InvOP}_{t-5} + (\Delta\text{InvAmb}_{t-5})^2 + (\Delta\text{InvEdu}_{t-5})^2 + (\Delta\text{InvCien}_{t-5})^2 + (\Delta\text{InvSS}_{t-5})^2 + (\Delta\text{InvOP}_{t-5})^2 + \varepsilon \quad (3.2)$$

Após se verificar a validade global do modelo 3.2 (tabela 30, anexo 1), importa também, uma vez que se está perante um modelo de regressão linear múltipla estimado a partir dos estimadores *OLS*, verificar todos os pressupostos enumerados na tabela 7 (anexo 1), sendo que:

1. O modelo apresenta um Modelo Teórico:  $\Delta\text{PIB}_{t-5} = \beta_0 + \beta_1 * \Delta\text{InvAmb}_{t-5} + \beta_2 * \Delta\text{InvEdu}_{t-5} + \beta_3 * \Delta\text{InvCien}_{t-5} + \beta_4 * \Delta\text{InvSS}_{t-5} + \beta_5 * \Delta\text{InvOP}_{t-5} + \beta_6 *$

$$(\Delta\text{InvAmb}_{t-5})^2 + \beta_7 * (\Delta\text{InvEdu}_{t-5})^2 + \beta_8 * (\Delta\text{InvCien}_{t-5})^2 + \beta_9 * (\Delta\text{InvSS}_{t-5})^2 + \beta_{10} * (\Delta\text{InvOP}_{t-5})^2 + \varepsilon$$

2. O valor esperado dos resíduos é zero (tabela 31, anexo 1);
3. As variáveis independentes são não correlacionadas com os resíduos, uma vez que, como é possível verificar na figura 16 (anexo 1) as variáveis independentes  $\Delta$ Investimento Público e  $\Delta$ Exportações não estão correlacionadas com os resíduos (*Pearson Correlation* = 0), pelo que não existe uma relação linear entre cada uma destas variáveis independentes e os resíduos;
4. Existe ausência de correlação entre os resíduos. De acordo com o teste de Durbin Watson (tabela 32, anexo 1) pode-se concluir pela ausência de correlação entre os resíduos uma vez que, quando Teste Durbin Watson = 2, não existe correlação. Assim, quando os valores se situam perto de 2 (1,921) sugerem a não correlação.
5. Verifica-se homocedasticidade uma vez que, a figura 17 (anexo 1) aponta para que os resíduos mantenham uma distância aproximadamente constante face ao eixo horizontal (variabilidade constante em torno de zero), o que aponta no sentido da existência de homocedasticidade.
6. Existe normalidade dos Resíduos. No entanto, a figura 18 (anexo 1) sugere a existência de desvios dos resíduos face à reta da normalidade. Assim, foi necessário proceder ao teste de *Kolmogorov-Smirnov* à normalidade dos resíduos. De acordo com o teste (tabela 33, anexo 1), é possível afirmar que não se rejeita a hipótese nula (de que os resíduos seguem distribuição normal) - sig 0,200 > 0,1 – concluindo-se assim pela normalidade do resíduos.
7. De acordo com a tabela 34 (anexo 1) é possível observar que todas as variáveis apresentam um valor do VIF < 10 e um valor de *Tolerance* > 0,1; quando estas duas condições são respeitadas, conclui-se pela ausência de multicolinearidade.

Verificados todos os pressupostos, é então possível elaborar, com base nos *Betas* obtidos (tabela 34, anexo 1) a seguinte reta:

$$\Delta\text{PIB}_t = -0,339 - 0,009 * \Delta\text{InvAmb}_{t-5} + 0,005 * \Delta\text{InvEdu}_{t-5} - 0,009 * \Delta\text{InvCien}_{t-5} + 0,001 * \Delta\text{InvSS}_{t-5} + 0,000 * \Delta\text{InvOP}_{t-5} + 0,003 * (\Delta\text{InvAmb}_{t-5})^2 + 0,000 * (\Delta\text{InvEdu}_{t-5})^2 - 0,001 * (\Delta\text{InvCien}_{t-5})^2 + 0,000 * (\Delta\text{InvSS}_{t-5})^2 - 0,001 * (\Delta\text{InvOP}_{t-5})^2 + \varepsilon \quad (3.2)$$

É ainda de referir que com este último modelo se obteve um  $R^2$  bastante elevado - 63,2% (tabela 32, anexo 1) – o que revela a elevada capacidade explicativa do modelo – e que, segundo a reta estimada se afirmar que no caso de todas as variáveis explicativas assumirem um valor igual a zero, o PIB sofrerá um decréscimo de 33,9%. Pode-se também acrescentar que um aumento de uma unidade no investimento no Ministério do Ambiente conduz a uma diminuição de 0,009 unidades no PIB, mantendo tudo o resto constante. Por outro lado, um aumento de uma unidade no investimento no Ministério da Educação conduz a um aumento de 0,005 unidades no PIB, mantendo tudo o resto constante. É também possível afirmar que um aumento de uma unidade no investimento no Ministério da Ciência conduzirá a uma diminuição no PIB, ao passo que um aumento de uma unidade no investimento no Ministério da Segurança Social não produz praticamente nenhum efeito no PIB, mantendo tudo o resto constante. Por último é de salientar que um aumento de uma unidade no investimento no Ministério das Obras Públicas conduz a uma diminuição no PIB, mantendo tudo o resto constante.

#### 4.2.3 Variáveis *Dummy*

Cabe agora analisar se as variáveis *dummy* afetam a variação do PIB no curto e no longo prazo, sendo que para isso foram adicionadas as variáveis *dummy* 1 e 2 aos modelos 2.2 e 3.2, estimando assim os seguintes modelos:

Variáveis *Dummy* para PIB no curto prazo:

$$\Delta \text{PIB}_t = \Delta \text{InvEco}_t + \Delta \text{InvAgr}_t + \Delta \text{InvEdu}_t + \text{dummy 1} + \text{dummy 2} + \varepsilon \quad (4)$$

Variáveis *Dummy* para PIB no longo prazo:

$$\Delta \text{PIB}_t = \Delta \text{InvAmb}_{t-5} + \Delta \text{InvEdu}_{t-5} + \Delta \text{InvCien}_{t-5} + \Delta \text{InvSS}_{t-5} + \Delta \text{InvOP}_{t-5} + (\Delta \text{InvAmb}_{t-5})^2 + (\Delta \text{InvEdu}_{t-5})^2 + (\Delta \text{InvCien}_{t-5})^2 + (\Delta \text{InvSS}_{t-5})^2 + (\Delta \text{InvOP}_{t-5})^2 + \text{dummy 1} + \text{dummy 2} + \varepsilon \quad (4.1)$$

De acordo com as tabela 35 e 36 do anexo 1, é possível concluir que as variáveis *dummy* 1 e *dummy* 2 não se revelaram significativas para nenhum dos modelos, chegando-se assim à conclusão que estas não são estatisticamente significativas para a variação do PIB tanto no curto prazo como no longo prazo.

#### **4.2.4 Interpretação dos Resultados Obtidos**

A primeira interpretação que se pode fazer dos resultados obtidos é a de que a variação do PIB em Portugal é explicada de forma diferente, ao nível formação bruta de capital fixo em cada Ministério, para o curto prazo e para o longo prazo.

##### **4.2.4.1 PIB no Curto Prazo**

Em termos do curto prazo, é a variação do investimento feito nos Ministérios da Economia, Educação e Agricultura que ajuda a explicar a variação do PIB, sendo assim possível afirmar que as medidas tomadas ao nível do investimento destes três ministérios têm um efeito imediato na economia portuguesa.

Começando pelo Ministério da Economia é de salientar que a maior parte do investimento realizado no período em análise, segundo os dados da DGO, destina-se ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação – IAPMEI – que tem como principal objetivo promover a competitividade e o crescimento empresarial, reforçando o apoio à inovação, ao empreendedorismo e ao investimento empresarial (IAPMEI, 2016). Desta forma, é expectável que um reforço no investimento feito ao nível do IAPMEI ajude o setor empresarial português a desenvolver-se, criando postos de trabalho e gerando riqueza para o País.

Assim, é plausível referir que, como ficou demonstrado com o modelo 2.2, um aumento no investimento público na Economia conduzirá a um aumento do PIB.

Relativamente ao Ministério da Agricultura, os principais investimentos feitos no período em análise destinaram-se ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas – IFAP – que tem como missão dinamizar o investimento e a atividade no setor da agricultura e das pescas e ainda, promover o crescimento económico das empresas ligadas ao setor da agricultura, pescas e desenvolvimento rural (IFAP, 2016). À semelhança do cenário obtido com o Ministério da Economia, o reforço do tecido empresarial potenciado pelo IFAP constitui um fator de crescimento para a economia portuguesa, mais concretamente para o aumento do PIB.

Por último, ficou ainda demonstrado que o investimento feito no Ministério da Educação produz um impacto positivo no PIB a curto prazo, sendo que, de acordo com a DGO, a maior parte dos investimentos feitos neste ministério destinam-se às Direções

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Regionais da Educação do Norte, Centro e de Lisboa, o que pode ser explicado por estas zonas serem as mais populosas do país.

**Figura 7** - Investimento Acumulado feito no Programa Parque Escolar entre 2007 e 2011



**Fonte:** Parque Escolar, 2016

Em relação aos investimentos realizados na área da Educação é ainda de referir o grande investimento que foi feito ao nível do Programa Parque Escolar, cujo objetivo passa por modernizar as Escolas Secundárias de todo o país.

Por último importa que referir que de acordo com o modelo 4 é possível afirmar que a ideologia presente nos executivos governativos e a ocorrência de eleições não se constituem como fatores decisivos para a explicação da variação do PIB no curto prazo.

### 4.2.4.2 PIB no longo prazo

No longo prazo, os ministérios que contribuem para a explicação do PIB, de acordo com o modelo 3.2, são o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência, o Ministério

das Obras Públicas, o Ministério do Ambiente e ainda, o Ministério da Segurança Social.

Desta forma, a primeira conclusão que se pode retirar é que existem mais ministérios a contribuir para a explicação da variação do PIB no longo prazo, comparativamente ao curto prazo. Esta realidade por ser justificada com o facto de o investimento, por definição, tender a apresentar mais resultados a médio / longo prazo, na medida em que são libertados capitais com a expectativa que estes venham a gerar riqueza no futuro.

Outra interpretação pertinente que se pode fazer é que, tendo em conta os resultados obtidos, apenas o Ministério da Educação apresenta uma correlação positiva com a variável  $\Delta$ PIB, ou seja, apenas o aumento do investimento no Ministério da Educação parece constituir um aumento no PIB. No sentido inverso, o modelo **3.2** sugere que o Ministério do Ambiente, da Ciência e das Obras Públicas apresentam uma correlação negativa com a variável dependente, ou seja, o modelo **3.2** sugere que um aumento do investimento nestes ministérios conduz a um decréscimo do PIB, o que à primeira vista pode levantar algumas interrogações.

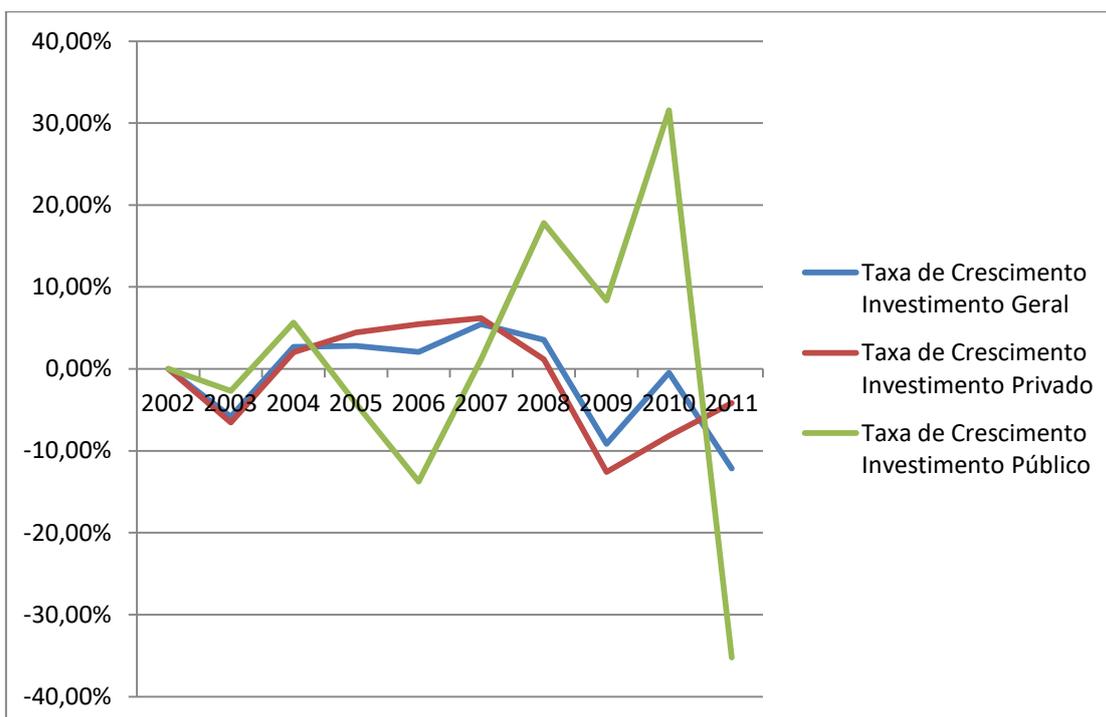
Assim, de modo a explicar o comportamento destas variáveis, importa apresentar uma análise da evolução do investimento privado e público<sup>15</sup> em Portugal entre 2002 e 2011.

Como se pode observar pela figura 8, o investimento privado em Portugal seguiu uma trajetória de crescimento entre 2003 e 2007, tendo vindo a cair desde 2008 até 2011. Por outro lado, o investimento público decresceu entre 2002 e 2006, tendo apresentado um tendência de crescimento entre 2006 e 2010, ano em que atingiu o seu pico máximo desde 2000.

---

<sup>15</sup> Todo o investimento público realizado em Portugal, e não apenas o investimento público feito nos Ministérios, com considerado até aqui.

**Figura 8** - Taxas de Crescimento do Investimento Público e Privado em Portugal (percentagem)



**Figura 9** - Evolução do Investimento Público e Privado em Portugal, em milhões de euros (€)

Anos	Formação Bruta de Capital Fixo (Investimento)		
	Total	Privada	Pública
+1960	103,5	x	x
+1970	292,0	x	x
+1980	2.401,7	x	x
+1990	15.649,3	x	x
2000	35.959,1	30.042,4	5.916,7

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

2001	37.172,1	30.338,4	6.833,7
2002	36.860,0	30.291,4	6.568,6
2003	34.705,4	28.312,9	6.392,5
2004	35.645,8	28.890,7	6.755,1
2005	36.644,7	30.176,6	6.468,0
2006	37.407,3	31.827,6	5.579,7
2007	39.447,2	33.802,5	5.644,7
2008	40.850,4	34.199,6	6.650,7
2009	37.106,8	29.901,3	7.205,5
2010	36.937,7	27.459,0	9.478,7
2011	32.451,8	26.312,3	6.139,5

**Fonte:** PORDATA, 2016

Quando se analisa o investimento no geral (figura 9), facilmente se percebe que o investimento privado constitui a maior parte do investimento geral em Portugal, podendo assim concluir-se que Portugal se encontra dependente do investimento privado para ajudar a acelerar a sua economia. Assim, pode-se também concluir que os investimentos públicos realizados entre 2008 e 2010 constituíram uma forma de contrariar a tendência do investimento privado e impedir ainda mais a desaceleração da economia portuguesa. No entanto, de acordo com a figura 8, é possível afirmar que o investimento em Portugal manteve uma trajetória descendente a partir de 2008 o que leva a assumir que o esforço feito ao nível do investimento público não conseguiu conter o efeito de queda no investimento privado.

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Depois de se compreender o comportamento do investimento público e privado em Portugal, entre 2002 e 2011, é agora possível explicar as correlações negativas que determinados ministérios apresentaram na estimação do modelo **3.2**.

De acordo com os dados das Contas Gerais do Estado para os anos de 2008 e 2009 (DGO, 2016), é possível verificar que foram realizados elevados investimentos nos Ministérios do Ambiente, Ciência e Obras Públicas, apenas ultrapassados pelo investimento feito no Ministério da Educação, nomeadamente:

- Ministério das Obras Públicas: 151.572.996,76€ e 142.095.222,23€ investidos em 2008 e 2009 respetivamente; a destacar os investimentos feitos no Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais e o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos;
- Ministério da Ciência: 391.315.634,94€ e 485.783.347,18€ investidos em 2008 e 2009 respetivamente, sendo de destacar os investimentos feitos na Fundação para a Ciência e Tecnologia;
- Ministério do Ambiente: 105.723.436,12€ e 97.601.206,76€ investidos em 2008 e 2009 respetivamente, sendo de destacar os investimentos feitos ao nível do Instituto da Água, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano.

Assim, é de salientar que os investimentos mencionados surgiram como compensação à queda do investimento privado verificada, sendo que no entanto, esses investimentos não foram suficientes para contrabalançar a queda do investimento privado, não se verificando desta forma um aumento de riqueza gerada, o que ajuda a explicar as correlações negativas obtidas entre os três ministérios em causa e a variação do PIB.

Como referido anteriormente, apenas os investimentos feitos na área da Educação superaram em 2008 e 2009 os investimentos realizados nas três áreas mencionadas, o que pode ser explicado pelo Programa do Parque Escolar (figura 7). Este programa apresentou o seu pico máximo de investimento em 2009, como se pode observar na figura 7, período em que como já referido o investimento público estava a crescer, contribuindo assim para que o Ministério da Educação seja a única área de governação em análise a apresentar um impacto positivo na variação do PIB a longo prazo.

É ainda de salientar que de acordo com o modelo **3.2**, a variação do investimento feito no Ministério da Segurança Social não tem impacto na variação do PIB, visto que o Beta calculado para esta variável é igual a zero, o que pode ser explicado pelas baixas taxas de crescimento do investimento que foi feito neste ministério entre 2002 e 2011 quando comparadas com outros ministérios em análise.

Por último importa referir que de acordo com o modelo **4.1** é possível afirmar que a ideologia presente nos executivos governativos e a ocorrência de eleições não se constituem como fatores decisivos para a explicação da variação do PIB no longo prazo.

### **4.3 Relação entre as Variáveis *Dummy* e o Investimento Público**

Após analisar o efeito das variáveis *dummy* 1 e 2 na variação do PIB, cabe agora perceber qual o seu efeito / relação com o investimento público.

#### **4.3.1 Dummy 1 e o Investimento Público**

De forma a perceber se o Investimento Público médio em Portugal tem variado em função da ideologia política presente no governo, foi feito um Teste para a igualdade de médias – Teste T – considerando a seguinte hipótese:

$$\mathbf{H_0: \mu_0 = \mu_1}$$

$$\mathbf{H_1: \mu_0 \neq \mu_1}$$

Nesta hipótese  $\mu_0$  corresponde ao valor médio de investimento público realizado por executivos governativos liderados pelo PSD e  $\mu_1$  ao valor médio de investimento público realizado por executivos governativos liderados pelo PS, entre 2002 e 2011.

No entanto, antes de se realizar o Teste T, é necessário realizar o Teste de Levene para a igualdade de variâncias, em que:

$$\mathbf{H_0: \sigma^2_0 = \sigma^2_1}$$

$$\mathbf{H_1: \sigma^2_0 \neq \sigma^2_1}$$

De acordo com o Teste de Levene não se deve rejeitar  $H_0$  – sig>0,1 (tabela 37, anexo 1), ou seja, não se rejeita a hipótese de que as duas amostras sejam retiradas de duas populações com igual variância.

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Assim, a significância calculada pelo Teste T é de 0,013 - valor apresentado assumindo a igualdade de variâncias – (tabela 37, anexo 1), pelo que se deve rejeitar  $H_0$  – sig<0,1 – e concluir que a média das duas populações é diferente, ou seja, o valor médio de investimento público realizado por governos liderados pelo PS é diferente relativamente a governos liderados pelo PSD.

Neste sentido, é possível verificar pela tabela 38 (anexo 1) que o valor médio de investimento público promovido pelo PSD, entre 2002 e 2011, é superior ao do PS.

No entanto, visto que a amostra em causa é menor que 30 para as duas populações (26 no caso de trimestres sob influência de um executivo liderado pelo PS e 14 sob liderança do PSD), foi necessário realizar o Teste de Mann-Whitney para testar se a igualdade de distribuições das duas populações não se verifica.

Segundo a tabela 39 do anexo 1, é possível concluir pela rejeição da hipótese nula (as duas população seguem igual distribuição) uma vez que sig<0,1 – validando assim o Teste T anteriormente apresentado.

### 4.3.1.1 Dummy 1 para as Áreas de Governação

Dado que se demonstrou que o valor médio do investimento público varia consoante a ideologia presente nos executivos governativos, importa agora compreender quais as áreas governativas que têm sido mais privilegiadas por estes.

Assim, foi realizado um Teste T para a igualdade de médias entre cada uma das áreas de governação em análise e a variável *dummy* 1, sendo testada a seguinte hipótese:

$$H_0: \mu_0 = \mu_1$$

$$H_1: \mu_0 \neq \mu_1$$

Antes de realizar o Teste T foi mais uma vez realizado o Teste de Levene, para testar a igualdade de variâncias entre as duas populações em estudo.

De acordo com a tabela 40 do anexo 1, é possível concluir que a hipótese nula ( $H_0: \sigma_0^2 = \sigma_1^2$ ) não é rejeitada (sig>0,1) para as áreas da governação da Economia, Segurança Social e Obras Públicas, não se rejeitando assim a hipótese de que estas amostras sejam retiradas de duas populações (executivos liderados por PS e executivos liderados por

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

PSD) com variâncias diferentes. No sentido inverso, conclui-se pela rejeição da hipótese nula para as áreas do Ambiente Ciência, Economia e Educação (para todas  $\text{sig} < 0,1$ ).

Após a realização do Teste de Levene é então possível concluir acerca do Teste de T. Assim, pode-se verificar que para as áreas da Economia e Ambiente não se rejeita a hipótese nula ( $\text{sig} > 0,1$ ), enquanto que para as restantes áreas da governação (Agricultura, Educação, Ciência, Segurança Social e Obras Públicas) se rejeita  $H_0$  (ver tabela 40, anexo 1).

Desta forma, fica comprovado que as áreas da Agricultura, Educação, Ciência, Segurança Social e Obras Públicas apresentam valores médios de investimento público diferentes em função da ideologia política presente nos executivos governativos, ao passo que nos setores do Ambiente e Economia, esta diferença ideológica não se manifestou estatisticamente significativa.

Conforme indica a tabela 41 do anexo 1, é possível afirmar que o valor médio de investimento público médio feito por governos liderados pelo PS é superior, face a governos liderados pelo PSD, nas áreas da Educação, Ciência e Obras Públicas. Por outro lado, o investimento público médio promovido por governos liderados pelo PSD é superior, face a governos liderados pelo PS, nas áreas da Segurança Social e da Agricultura.

No entanto, para que as conclusões apresentadas com o Teste T possam ser validadas, foi ainda necessário realizar o Teste de Mann-Whitney, apenas às áreas de governação onde se verificou evidência estatística de acordo com o Teste T, uma vez que as duas populações em estudo (governo liderado pelo PS e governo liderado pelo PSD) apresentam uma amostra reduzida ( $< 30$ ).

De acordo com a tabela 42 do anexo 1 é possível observar que para todas as áreas de governação em análise foi rejeitada a hipótese nula – as duas populações seguem igual distribuição - ( $\text{sig} < 0,1$ ). Assim, ficam validados os resultados apresentados pelo Teste T à igualdade das médias.

### **4.3.2 Dummy 2 e o Investimento Público**

Com o intuito de testar a variação do investimento público face à ocorrência de eleições, foi mais uma vez utilizado o Teste T no sentido de demonstrar se existe igualdade no

valor médio de investimento público realizado, entre 2002 e 2011, entre trimestres onde ocorrem eleições e trimestres onde não ocorrem eleições.

Assim, foi inicialmente realizado o Teste de Levene para a igualdade de variâncias sendo testada a seguinte hipótese:

$$H_0: \sigma^2_0 = \sigma^2_1$$

$$H_1: \sigma^2_0 \neq \sigma^2_1$$

É de referir que  $\sigma^2_0$  se refere à variância do investimento público em trimestre de não eleições e  $\sigma^2_1$  à variância do investimento público em trimestre de eleições.

De acordo com o Teste de Levene (tabela 43 do anexo 1), conclui-se pela não rejeição da hipótese nula ( $\text{sig} > 0,1$ ), ou seja, não se rejeita a hipótese de as duas populações em estudo (trimestres em que os governos executivos foram liderados pelo PS e trimestres em que foi o PSD a liderar) serem retiradas de amostras com igual variância.

Assim, o Teste T revela que um  $\text{sig} = 0,459$  (tabela 43, anexo 1), ou seja, superior a 0,1. Desta forma, conclui-se pela não rejeição da hipótese nula, não existindo assim evidência estatística de que o valor médio de investimento público varia em função da ocorrência de eleições.

#### **4.3.3 Interpretação dos Resultados Obtidos**

A primeira conclusão a ser retirada com os resultados obtidos é a de que o investimento médio público varia em função da ideologia presente nos executivos governativos, sendo que o mesmo não se aplica para a ocorrência de eleições, dado que não foi verificada evidência estatística para afirmar que o investimento público varia em função da ocorrência de eleições.

Desta forma, importa salientar que em média os executivos liderados pelo PSD têm apresentado um maior valor de investimento público comparativamente aos liderados pelo PS, dado que, como se pode observar pela tabela 38 do anexo 1, o investimento médio feito por governos de ideologia de direita foi de 439.405.358,329€ enquanto que o investimento público médio efetuado, para o período em análise, para governos de ideologia de esquerda foi de 303.769.429,555€.

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Dado se estar perante um valor médio, este facto pode ser explicado pela tendência que o investimento público apresentou, como se pode observar na figura 8, entre 2006 e 2010, período com influência ideológica de esquerda, registando grandes subidas mas também grandes descidas. É também de referir que esta diferença se pode verificar uma vez que, apesar do *boom* de investimento público em 2008 e 2009, o período posterior à crise financeira de 2008, em que o executivo governativo era liderado pelo PS, ficou marcado por elevados constrangimentos impostos pela União Europeia.

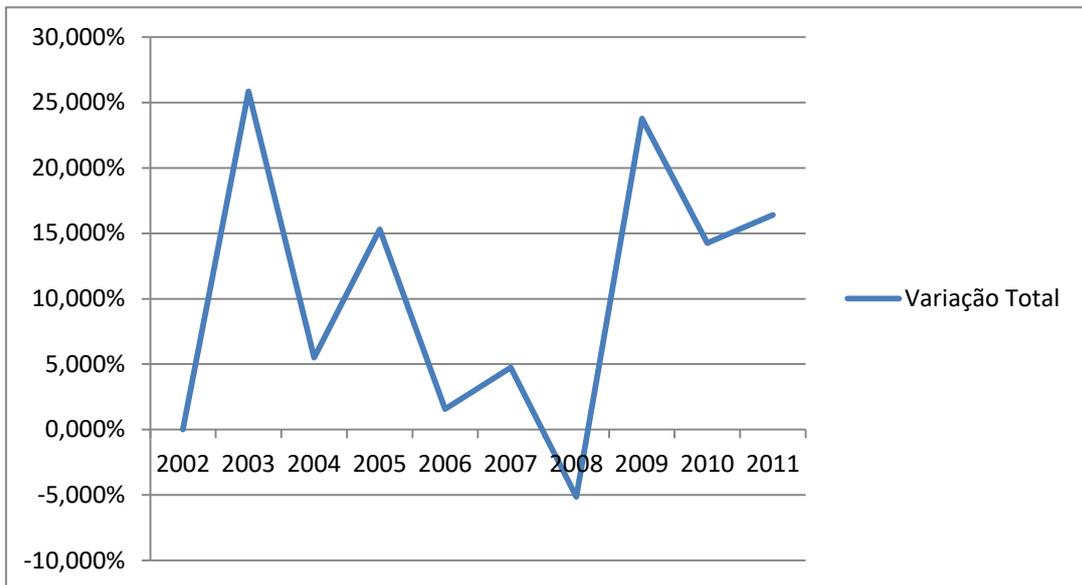
Relativamente às áreas de governação em análise, é possível verificar que a Agricultura e a Segurança Social foram aquelas que mereceram maior destaque por parte dos executivos liderados pelo PSD. No caso da Agricultura, é plausível afirmar que este facto se verifica devido à maior importância que o PSD tem atribuído a questões relacionadas com as atividades económicas, com a produtividade e o funcionamento do mercado (Guedes, 2012), sendo também um dado importante, o governo liderado pelo PSD ser fruto de uma coligação com o CDS-PP, partido que sempre atribuiu especial destaque ao tema da Agricultura.

Por outro lado, no caso da Segurança Social pode-se levantar à partida uma interrogação, dado se estar perante um tema relativo ao Estado Social, normalmente mais ligado a partidos de esquerda.

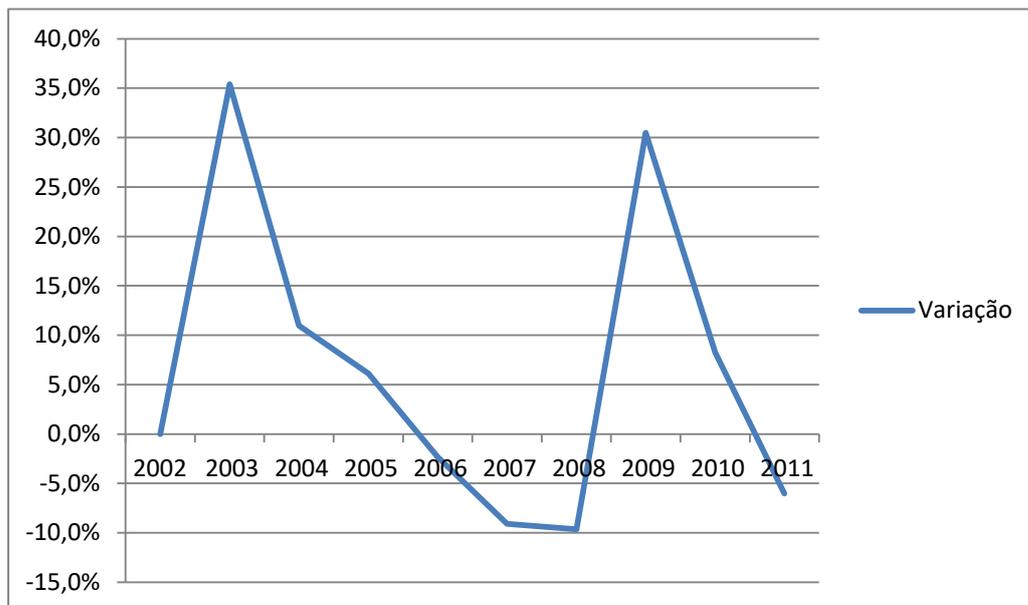
No entanto, como se pode observar pela figura 10, entre 2002 e 2003 verificou-se um aumento muito significativo do número de desempregados, voltando a verificar-se semelhante aumento entre 2004 e 2005, o que corresponde ao período em que o executivo governativo foi liderado pelo PSD. Desta forma, verificou-se também um elevado aumento dos gastos do Estado em prestações de subsídio de desemprego, como se pode observar na figura 11, o que ajuda a explicar o maior investimento público na área da Segurança Social, sendo também possível verificar que entre 2003 e 2008 houve uma grande quebra nos gastos relativos a subsídios de desemprego.

É de referir que o outro pico de desempregados e consequentemente de aumento dos gastos relativos a subsídios de desemprego se verificou em 2008, o que pode estar diretamente ligado com a Crise Mundial que se iniciou nesse ano.

**Figura 10** - Variação do N° de Desempregados entre 2002 e 2011



**Figura 11** - Variação do Valor Gasto pelo Estado em Subsídios de Desemprego entre 2002 e 2011



## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Em relação às áreas governativas que os executivos liderados pelo PS têm privilegiado, destacaram-se a Educação, a Ciência e as Obras Públicas.

Considerando a Ciência como a área afeta ao Ensino Superior e à Investigação, é de salientar que as duas primeiras áreas em questão estão claramente associadas ao papel do Estado na sociedade e à expansão da Educação, temas claramente associados a uma ideologia mais à esquerda. Assim, como referido ao longo da Revisão de Literatura, comprova-se a ideia de que a Educação e a criação de igualdade de oportunidades para todos está mais associada à ideologia de esquerda. Por outro lado, este peso da área da Educação é também explicado pelos investimentos, já referidos ao longo do trabalho, realizados entre 2008 e 2009, período em que o executivo governativo era liderado pelo PS, no âmbito do Programa Parque Escolar e da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Analisando agora os resultados obtidos na área das Obras Públicas, é possível associar este maior investimento por parte de executivos com ideologia de esquerda com o papel do Estado na Economia, dado que, as Obras Públicas estão em grande parte das vezes associadas à criação de emprego por parte do Estado, numa tentativa de fazer acelerar a economia. Este facto é aliás comprovado pelos investimentos feitos nesta área entre 2008 e 2009, como já referido, que tinham exatamente como propósito compensar o baixo investimento privado que se verificava nesse período e assim tentar estimular o crescimento na economia portuguesa.

Finalmente importa referir que a ocorrência de eleições não se verificou como um dado importante para explicar a variação do investimento público em Portugal.

## 5. Conclusões, Limitações e Recomendações

### 5.1 Conclusões

Com este estudo procurou-se estabelecer uma ligação entre a variação do PIB Nacional e a variação do Investimento Público entre 2002, ano de entrada em vigor do Euro em Portugal (Banco de Portugal, 2016), e 2011, ano em que teve início o Programa de Assistência Económica e Financeira celebrado entre as entidades portuguesas, o FMI e a União Europeia, sendo assumido que estes dois factos constituíram grandes mudanças para a economia portuguesa.

A par disto, foi também estabelecido como objetivo o estudo do impacto dos executivos governativos na variação do PIB Nacional, procurando perceber quais as áreas da governação mais privilegiadas, no período em análise.

Assim, foram estimados vários modelos econométricos, cujas principais conclusões importa referir.

A principal conclusão reside no facto de ter sido demonstrado que o investimento público tem um impacto positivo na variação do PIB Nacional, isto porque, mantendo tudo o resto constante, é plausível afirmar que um aumento do investimento público conduzirá a um aumento do PIB em Portugal. Deste modo, fica provado que as opções de investimento tomadas pelos executivos governativos constituem real impacto na economia portuguesa, assumindo-se como uma ferramenta para a intervenção direta do Estado na economia, como defende Keynes (Keynes, 1936).

Por outro lado, foi também possível concluir que no período em análise, a variação do PIB Nacional não é explicada pela ideologia política presente nos executivos governativos (*dummy* 1), ou seja, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas ao nível do PIB em função do executivo governativo apresentar uma tendência para as políticas de esquerda (PS) ou uma tendência para as políticas de direita (PSD). Esta realidade pode ser explicada pelo facto de os dois maiores partidos em Portugal, apesar de apresentarem claras diferenças ideológicas como ficou presente na elaboração da revisão de literatura, têm apresentado prioridades idênticas nos seus programas eleitorais (Guedes, a, 2012). Guedes (a, 2012) refere ainda que de acordo com os programas eleitorais dos dois partidos, os três temas que mais vezes surgem em

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

destaque são a “Eficácia governativa e administrativa”, as “Tecnologias e Infraestruturas” e a “Expansão do Estado Social”, sendo que, os dois primeiros assumem um carácter não ideológico.

No entanto, ao nível do Investimento Público, os testes efetuados para a variável *dummy* 1, revelaram resultados diferentes, com os executivos liderados pelo PSD a assumirem um valor médio de investimento público superior aos executivos liderados pelo PS. Por outro lado, verificou-se ainda que as áreas da Agricultura e da Segurança Social apresentaram valores médios de investimento em executivos liderados pelo PSD, enquanto que as áreas da Educação, Ciência e Obras Públicas revelarem um maior investimento médio em governos liderados pelo PS. É ainda de salientar que as áreas da Economia e Ambiente não apresentaram diferenças estatisticamente significativas de investimento em função da ideologia presente no governo.

Para além disto, importa referir os modelos testados com a variável *dummy* 2, mostraram que a ocorrência de eleições em determinado trimestre não contribui para explicar a variação do PIB Nacional nem do Investimento Público.

Outra conclusão interessante a que foi possível chegar com a elaboração deste estudo é o facto de a variação do PIB ser explicada, em função da variação do Investimento Público, de forma diferente para o curto e o longo prazo.

No curto prazo, as áreas da governação que se revelaram significativas para a análise foram a Agricultura, a Economia e a Educação, enquanto que no longo prazo se o modelo estimado mostra que as Obras Públicas, a Ciência, a Educação<sup>16</sup>, o Ambiente e a Segurança Social são as áreas da governação que contribuem para a explicar a variação do PIB.

Com estes resultados é plausível afirmar que as medidas e estratégias adotadas pelos diferentes executivos governativos para a área da Agricultura, Economia e Educação têm um efeito mais rápido na economia portuguesa, quando comparadas com as restantes áreas governativas em análise.

---

<sup>16</sup> Única área da governação analisada que apresenta resultados estatisticamente significativos no curto e longo prazo.

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Por fim, é de sublinhar que as Obras Públicas, a Ciência e o Ambiente revelaram uma correlação negativa com o PIB, ou seja, o aumento do seu investimento provocou aparentemente uma queda do PIB. Este fenómeno foi explicado com os elevados investimentos públicos que foram feitos nestes Ministérios entre 2008 e 2009 com o intuito de compensar a acentuada queda do investimento privado, verificada nos respetivos anos. Desta forma, os investimentos públicos em causa contribuíram apenas para sustentar uma queda ainda mais acentuada do investimento no geral.

### 5.2 Limitações

A principal limitação encontrada na elaboração deste estudo foi a obtenção da base de dados, isto porque, os dados trimestrais relativos ao investimento público feito em formação bruta de capital fixo em cada Ministério apenas se encontram disponíveis nas Contas Provisórias Trimestrais do Estado. Assim, apesar de a DGO assegurar que os dados não diferem mais do que 5 a 10% da realidade, a verdade é que a análise foi efetuada tendo por base dados provisórios.

Por outro lado, o facto de Portugal ter pedido ajuda financeira ao FMI, à Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu, em 2011, fez com que fosse extremamente difícil compreender, no período que se seguiu, quais as medidas tomadas pelo executivo governativo e quais as impostas pela *troika*, em resultado dos elevados constrangimentos externos que foram impostos. Para além disto, o executivo governativo em funções a partir de Junho de 2011 liderado pelo PSD em coligação com o CDS-PP (Governo de Portugal, 2016) tomou a decisão de extinguir o Ministério do Ambiente, da Ciência e das Obras Públicas, fundindo estas áreas da governação com outros ministérios, o que tornou impossível recolher dados credíveis relativos ao investimento público efetuado nestes setores do Estado. Por estes motivos, optou-se por considerar a análise até 2011.

### 5.3 Recomendações

Naturalmente que este estudo deixa algumas questões por responder e que podem servir de ponto de partida para futuras questões de investigação.

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Dado que a análise compreendeu apenas o período entre 2002 e 2011, é de todo relevante, estender a análise para um período mais prolongado, procurando perceber a evolução do PIB e do Investimento Público nos anos em que Portugal enfrentou a Assistência Económica e Financeira, e de que forma as regras impostas pela União Europeia condicionaram as opções do executivo governativo.

Neste mesmo contexto, este estudo pode também servir como mote para uma análise à real autonomia financeira que os executivos governativos dispõem ao nível das decisões do investimento público, face às regras impostas pela União Europeia.

Por último, é também de referir que o período que antecedeu 2002 foi marcado por um contexto económico totalmente diferente para a economia portuguesa, sendo assim interessante perceber como evolui o PIB e o Investimento Público, num período em que Portugal disponha de moeda própria e consequentemente de políticas económicas e monetárias próprias, sem os constrangimentos adjacentes à adesão à moeda única. Desta forma, poderia ser posteriormente feita a comparação da evolução do PIB e do Investimento Público em Portugal antes e depois do Euro.

## Bibliografia

- Abiad, A., Furceri, D., & Topalova, P. (2015). The Macroeconomic Effects of Public Investment: Evidence from Advanced Economies. *Working Paper, Fundo Monetário Internacional* , 15-95.
- Almeida, J. M. (2010). Portugal na União Europeia. *Relações Internacionais* , 81-90.
- Amaral, J. F. (2013). *Porque Devemos Sair do EURO*. Lisboa: Lua de Papel.
- Andrade, L. F. (2010). O Impacto do Investimento Público e em Construção na. *Tese de Mestrado, ISCTE-IUL, Lisboa* .
- Archick, K. (2013). The European Parliament. *Congressional Research Service* .
- Arrow, K. J., & Kurz, M. (1970). Public Investment, the Rate of Return, and Optimal Fiscal Policy. *The Johns Hopkins University Press for Resources for the Future* .
- Bansal, R., Kiku, D., Shaliastovich, I., & Yaron, A. (2014). Volatility, the Macroeconomy, and Asset Prices. *Journal of Finance* , 2471-2511.
- Barreto, A. (26 de Fevereiro de 2014). (R. R. Negócios, Entrevistador)
- Bellù, L. G., & Liberati, P. (2006). Inequality Analysis: The Gini Index. *Food and Agriculture Organization of the United Nations* .
- Bernardes, B. G. (2012). O Caminho do Meio ou o Princípio da Incerteza: Diálogos ao Centro entre Esquerda e Direita. In V. Correia, *A Dicotomia Política Esquerda-Direita: A problemática da sua validade e atualidade* (pp. 13-27). Lisboa: Fonte da Palavra.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e Esquerda - Razões e Significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP.
- Buckley, P. J., & Strange, R. (Maio de 2015). The Governance of the Global Factory: Location and Control of World Economic Activity. *Academy of Management Perspectives* , pp. 237-249.
- Calossi, E., & Pizzimenti, E. (2014). Os partidos políticos ao nível europeu: Evolução, Institucionalização e Possíveis Desenvolvimentos. *Relações Internacionais* , 27-43.
- Cook, E. (2015). The Progress and Poverty of Thomas Piketty. *Raritan Quarterly* .
- Corbett, R., Jacobs, F., & Shackleton, M. (2011). *The European Parliament*. New York: John Harper.
- Costanza, R., Hart, M., Posner, S., & Talberth, J. (2009). Beyond GDP: The Need for New Measures of Progress. *The Frederick S. Pardee Center for the Study of the Longer-Range Future* .

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Coutinho, T. (2016). *GNR cantam 30 anos da adesão de Portugal à CEE*. Obtido em 25 de Agosto de 2016, de Europarl: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/20160517AVI27704/gnr-cantam-30-anos-da-ades%C3%A3o-de-portugal-%C3%A0-cee>

Cravinho, J. (2014). *A Dívida Pública Portuguesa*. Lisboa: Lua de Papel.

Datta, P. (2015). High GDP Doesn't Equal Prosperity. *Business Today*, 18-19.

Democrata, P. S. (2012). *Programa do Partido Social Democrata*. Obtido em 3 de Março de 2016, de PSD: <http://www.psd.pt/ficheiros/anexos/programa1389180158.pdf>

Desai, M. (1991). Human development: Concepts and measurement. *European Economic Review*, 350-357.

Esquerda, B. d. (2015). *Manifesto Eleitoral*. Obtido em 25 de Janeiro de 2016, de Bloco: <http://www.bloco.org/media/manifestolegislativas2015.pdf>

Europeia, C. (1992). *Treaty on European Union*. Obtido em 6 de Janeiro de 2016, de Europa: [https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty\\_on\\_european\\_union\\_en.pdf](https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_on_european_union_en.pdf)

Europeu, P. (2015). *Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu*. Obtido em 6 de Maio de 2016, de Europarl: <http://www.europarl.europa.eu/elections-2014/pt/political-groups/group-of-the-progressive-alliance-of-socialists-and-democrats>

Europeu, P. P. (s.d.). *O nosso trabalho com o Partido Popular Europeu*. Obtido em 2 de Junho de 2016, de Eppgroup: <http://www.eppgroup.eu/pt/party>

Freire, A. (2005). Party system change in Portugal, 1974–2005: the role of social, political and ideological factors. *Portuguese Journal of Social Science*, 81-100.

Gallagher, M., Laver, M., & Mair, P. (2006). *Representative government in modern Europe*. Boston: McGraw-Hill.

Gastwirth, J. L. (1972). The Estimation of the Lorenz Curve and Gini Index. *The Review of Economics and Statistics*, 306-316.

Giannetti, B. F., Agostinho, F., Almeida, C. M., & Huisingh, D. (2015). A review of limitations of GDP and alternative indices to monitor human wellbeing and to manage eco-system functionality. *Journal of Cleaner Production*, 11-25.

Griffiths, W. E., Hill, R. C., & Lim, G. C. (2007). *Principles of Econometrics*. Textbook.

Guedes, N. (2012). Convergência ideológica? Uma análise comparada dos programas eleitorais do PS e do PSD (1991-2009). *Sociologia, Problemas e Práticas*, 103-125.

Guedes, N. M. (2012). Convergência ideológica e de políticas públicas? PS e PSD numa comparação europeia. *Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL, Lisboa*.

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Hayek, F. V. (1944). *The Road to Serfdom*. Londres: Routledge Press.

Hix, S., & Lord, C. (1997). *Political parties in the European Union*. Londres: MacMillan.

Hix, S., & Lord, C. (1997). *Political Parties in the European Union*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Hix, S., Noury, A. G., & Roland, G. (2007). *Democratic politics in the European Parliament*. Cambridge: University Press.

IAPMEI. (2016). *Missão, Visão e Valores*. Obtido em 13 de Março de 2016, de IAPMEI: <https://www.iapmei.pt/SOBRE-O-IAPMEI/Missao-Visao-Valores.aspx>

IFAP. (2016). *Apresentação*. Obtido em 15 de Março de 2016, de IFAP: [http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap\\_publico/GC\\_oifap#.WBYU9\\_qLTcs](http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_oifap#.WBYU9_qLTcs)

Jalali, C. (2007). *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Joaquim, E. (2012). O Papel do Estado e a Divergência Esquerda-Direita. In V. Correia, *A Dicotomia Política Esquerda-Direita: A problemática da sua validade e atualidade* (pp. 140-148). Lisboa: Fonte da Palavra.

Kakwani, N. C. (1977). Applications of Lorenz Curves in Economic Analysis. *The Econometric Society*, 719-728.

Karanikolos, M., Mladovsky, P., Cylus, J., Thomson, S., Basu, S., Stuckler, D., et al. (2013). Financial crisis, austerity, and health in Europe. *The Lancet*, 1323-1331.

Keynes, J. M. (1936). *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Londres: Macmillan.

Krugman, P. (2011). The Austerity Delusion. *The New York Times*.

Kuznets, S. (1934). National Income, 1929-1932. *National Bureau*.

Lee, P. (2012). Balancing the Three Approaches to Measuring Gross Domestic Product, 2012. *Office for National Statistics*.

Lewis, P., & Pridham, G. (1996). *Stabilising fragile democracies: comparing new party systems in Southern and Eastern Europe*. Londres: Routledge.

Lobo, M. C., & Magalhães, P. C. (2005). Da terceira vaga à terceira via: A Europa e os socialistas portugueses (1974-1999). In V. Canas, *O Partido Socialista e a democracia* (pp. 205-217.). Oeiras: Celta Editora.

Louçã, F., & Caldas, J. C. (2010). O destino do liberalismo e a economia da D. Branca. *JANUS 2010 anuário de relações exteriores*, 22-23.

Lourtie, P. (2011). Portugal no Contexto da Crise do Euro. *Relações Internacionais*.

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Mahoney, P. G. (2001). The common law and economic growth: Hayek might be right. *The Journal of Legal Studies* , 503-525.

Marginean, S. (2015). Economic Globalization: From Microeconomic Foundation to National Determinants. *Economic Prospects in the Context of Growing Global and Regional Interdependencies* (pp. 731-735). Sibiu: Elsevier.

Mateus, J., & Ramalho, T. (2013). Os sistemas de partidos em Portugal. *Working Paper, 151, CIES-IUL* .

Moreira, R. (Abril de 2013). (D. d. Notícias, Entrevistador)

Novak, P. (2016). *O Parlamento Europeu: poderes*. Obtido em 5 de Agosto de 2016, de europarl:

[http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU\\_1.3.2.html](http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_1.3.2.html)

Nozick, R. (1974). *Anarchy, State and Utopia*. Oxford: Blackwell.

Offer, A. (2000). Economic Welfare Measurements and Human Well-Being. *Working Paper, University of Oxford* .

Pereira, A. M. (2016). *Os Investimentos Públicos em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Piketty, T. (2014). *O Capital no Século XXI*. Lisboa: Temas e Debates .

Pordata. (2016). *PIB em Portugal*. Obtido em 18 de Maio de 2016, de PORDATA:

[http://www.pordata.pt/Portugal/PIB+\(base+2011\)-130](http://www.pordata.pt/Portugal/PIB+(base+2011)-130)

Portugal, B. d. (2011). *Programa de Assistência Financeira UE/FMI*. Lisboa: Banco de Portugal.

Portugal, B. d. (2006). *Relatório do Conselho de Administração*. Obtido em 10 de Fevereiro de 2016, de bportugal: [https://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/RelAnuaisAnteriores/Documents/el\\_05\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/RelAnuaisAnteriores/Documents/el_05_p.pdf)

Portugal, G. d. (2009). *Atividade Parlamentar e Processo Legislativo*. Obtido em 9 de Julho de 2016, de Parlamento:

[http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c316776644756346447397a4c334277624449304e793159587a45756347526d&fich=ppl247-X\\_1.pdf&Inline=true](http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c316776644756346447397a4c334277624449304e793159587a45756347526d&fich=ppl247-X_1.pdf&Inline=true)

Portugal, G. d. (2016). *Governos Constitucionais*. Obtido em 15 de Setembro de 2016, de Portugal.Gov: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais.aspx>

Português, P. C. (2012). *Estatutos do PCP*. Obtido em 25 de Janeiro de 2016, de PCP: <http://www.pcp.pt/estatutos-do-pcp>

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

- Presbitero, . A. (2016). Too much and too fast? Public investment scaling-up and absorptive capacity. *Journal of Development Economics* , 17-31.
- Ranis, G., Stewart, F., & Samman, E. (2006). Human Development: Beyond the Human Development Index. *Journal of Human Development* , 323-358.
- Rawls, J. (1971). *A Theory of Justice*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press.
- República, A. d. (2015). *Deputados e Grupos Parlamentares*. Obtido em 10 de Julho de 2016, de Parlamento: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/resultadoseleitorais.aspx>
- República, A. d. (2016). *Parlamento - Página Inicial*. Obtido em 12 de Abril de 2016, de Parlamento: <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/default.aspx>
- República, A. d. (2005). *VII REVISÃO CONSTITUCIONAL - 2005*. Obtido em 10 de Maio de 2016, de Parlamento: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Royo, S. (2013). Portugal in the European Union: the limits of convergence. *South European Society and Politics* , 197-216.
- Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. D. (2011). *Economia* (19 ed.). McGraw-Hill.
- Skidelsky, R. (2010). *Keynes, O Regresso do Mestre*. Lisboa: Texto Editora.
- Social, P. d. (1974). *Declaração de Princípios*. Obtido em 8 de Maio de 2016, de CDS: <http://www.cds.pt/principios.html>
- Socialista, P. (2002). *Declaração de Princípios*. Obtido em 14 de Fevereiro de 2016, de PS: [http://www.ps.pt/wp-content/uploads/2016/06/Declaracao\\_de\\_Principios\\_PS.pdf](http://www.ps.pt/wp-content/uploads/2016/06/Declaracao_de_Principios_PS.pdf)
- Sousa, T. d., & Gaspar, C. (2015). Portugal, a União Europeia e a Crise. *Relações Internacionais* , 99-114.
- Staehr, K. (2010). The Global Financial Crisis and Public Finances in the New EU Countries from Central and Eastern Europe. *Working Paper no.1, Eesti Pank* .
- Stanton, E. A. (2007). The Human Development Index: A History. *Working Paper, University of Massachusetts Amherst* .
- Stiglitz, J. E. (2009). GDP Fetishism. *The Economists Voice* .
- Stiglitz, J. E., & Emran, M. S. (2009). Financial Liberalization, Financial Restraint, and Entrepreneurial Development. *Financial Restraint, and Entrepreneurial Development* .
- Stringer, K. L., & Borch, C. (2016). Gross Domestic Product (GDP). *Salem Press Encyclopedia of Science* .
- Tavares, R. (2015). *Esquerda e Direita: Guia Histórico Para o Século XXI*. Lisboa: Tinta da China.

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Taylor, M., & Jack, R. (2016). Born Global Firm Internationalisation: The Influence of Industry Factors. *Contemporary Management Research* , 289-308.

Therien, J. P. (2012). A Internacionalização da Divisão Esquerda-Direita. In V. Correia, *A Dicotomia Política Esquerda-Direita: A problemática da sua validade e atualidade* (pp. 48-57). Lisboa: Fonte da Palavra.

Thiry, G. (2015). Beyond GDP: Conceptual Grounds of Quantification. The Case of the Index of Economic Well-Being (IEWB). *Social Indicators Research* , 313-346.

Unidas, N. (2009).

Public Investment: Vital for Growth and Renewal, but should it be a Countercyclical Instrument? . *The role of public investment in social and economic development*. Genebra: Nações Unidas.

Viegas, J. M. (1996). *Nacionalizações e Privatizações: Elites e cultura política na história*. Oeiras: Celta Editora.

Watkins, J. P. (2015). Economic Waste and Social Provisioning: Veblen and Keynes on the Wealth Effect. *Journal of Economic Issues* , 441-448.

**Anexos**

**Tabela 2 - Teste de Validade do Modelo 1**

Model	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1 Regression	15,589	4	3,897	6,323	,001 <sup>b</sup>
Residual	21,572	35	,616		
Total	37,161	39			

**Tabela 3 – Estimação dos Coeficientes do Modelo 1**

Model	Unstandardized Coefficients		t	Sig.
	B	Std. Error		
1 (Constant)	-,145	,167	-,865	,393
Investimento	,009	,002	4,235	,000
Dívida	,086	,060	1,427	,163
Exportações	,069	,037	1,847	,073
Desemprego	,013	,037	,349	,729

**Tabela 4 – Teste de Validade do Modelo 1.1**

Model	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1 Regression	14,176	2	7,088	11,410	,000 <sup>b</sup>
Residual	22,984	37	,621		
Total	37,161	39			

**Tabela 5** – Cálculo do  $R^2$  do Modelo 1.1

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,618 <sup>a</sup>	,381	,348	0,788164%	2,623

**Tabela 6** – Estimação dos Coeficientes para o Modelo 1.1

Model	Unstandardized Coefficients		t	Sig.
	B	Std. Error		
1 (Constant)	-,104	,133	-,784	,438
Investimento	,009	,002	4,281	,000
Exportações	,065	,036	1,784	,083

**Tabela 7** - Pressupostos para a validação de um Modelo de Regressão Linear Múltipla com base nos estimadores *OLS*

**1º Pressuposto** - A regressão é linear nos coeficientes, está corretamente especificada e tem uma componente residual

**2º Pressuposto** - O valor esperado dos resíduos é zero:  $E(\varepsilon_i) = 0$

**3º Pressuposto** - As variáveis independentes são não correlacionadas com os resíduos:  $Cov(\varepsilon_i, x_k) = 0$

**4º Pressuposto** - Ausência de correlação entre os resíduos:  $Cov(\varepsilon_i, \varepsilon_j) = 0, i \neq j$

**5º Pressuposto** - Homocedasticidade: a variância dos resíduos é constante:  $VAR(\varepsilon_i) = \sigma^2$

**6º Pressuposto** - Normalidade dos resíduos:  $\varepsilon_i \sim N(0, \sigma^2)$

**7º Pressuposto** - Ausência de correlação entre as variáveis independentes (multicolinearidade)

**Tabela 8** - Valor Esperado dos Resíduos do Modelo 1.1

	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Residual	1,458606%	3,012823%	0,000000%	0,775923%	40

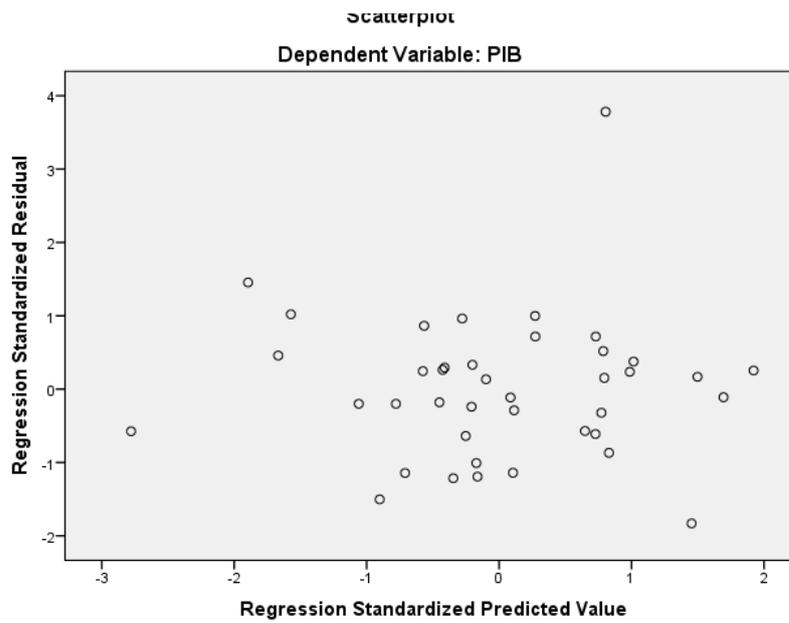
**Tabela 9** – Correlações entre as Variáveis Independentes para o Modelo 1.1

		Investimento	Exportações	Unstandardized Residual
ΔInvestimento Público	Pearson Correlation	1	,067	,000
	Sig. (2-tailed)		,683	1,000
	N	40	40	40
ΔExportações	Pearson Correlation	,067	1	,000
	Sig. (2-tailed)	,683		1,000
	N	40	40	40
Unstandardized Residual	Pearson Correlation	,000	,000	1
	Sig. (2-tailed)	1,000	1,000	
	N	40	40	40

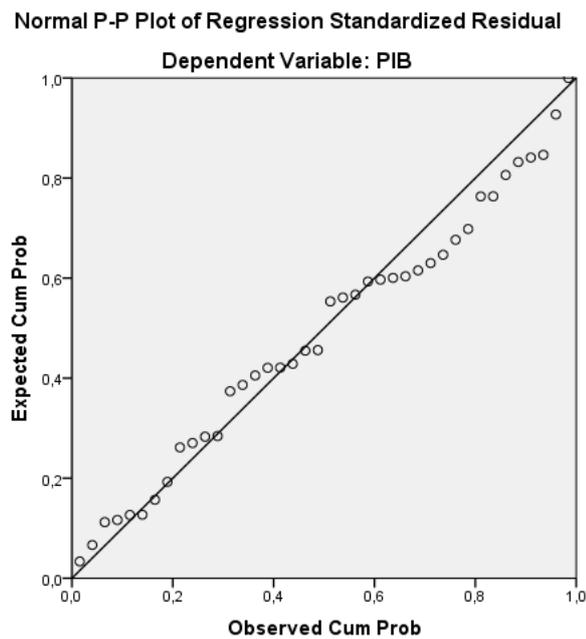
**Tabela 10** - Teste de Durbin Watson para o Modelo 1.1

Model	Durbin-Watson
1	2,628

**Figura 12** - Gráfico dos Resíduos Estandarizados do Modelo 1.1



**Figura 13** - Gráfico dos Resíduos do Modelo 1.1



**Tabela 11** - Teste à Normalidade dos Resíduos do Modelo 1.1

	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>		
	Statistic	df	Sig.
Standardized Residual	,100	40	<b>,200</b>

**Tabela 12** - Teste de Colinearidade ao Modelo 1.1

Model	Collinearity Statistics	
	Tolerance	VIF
1 (Constant)		
Investimento	,996	1,004
Exportações	,996	1,004

**Tabela 13** - Coeficientes estimados para o Modelo 1.2

Model	Unstandardized Coefficients		t	Sig.
	B	Std. Error		
1 (Constant)	-,174	,188	-,927	,361
Investimento	,008	,002	3,741	,001
Exportações	,059	,038	1,550	,131
Ocorrência de Eleições	,240	,313	,767	,448
Ideologia Política presente no Governo	,103	,288	,357	,724

**Tabela 14** – Tabela de Correlações entre as variáveis  $\Delta$ PIB,  $\Delta$ Investimento e  $\Delta$ Exportações

		PIB	Investimento	Exportações
PIB	Pearson Correlation	1	,573	,274
	Sig. (2-tailed)		,000	,087
	N	40	40	40
Investimento	Pearson Correlation	,573	1	,077
	Sig. (2-tailed)	,000		,637
	N	40	40	40
Exportações	Pearson Correlation	,274	,077	1
	Sig. (2-tailed)	,087	,637	
	N	40	40	40

**Tabela 15** - Teste de Validade ao Modelo 2

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	19,393	7	2,770	5,318	,000 <sup>b</sup>
	Residual	15,629	30	,521		
	Total	35,022	37			

**Tabela 16** - Coeficientes estimados para o Modelo 2

Model	Unstandardized Coefficients		t	Sig.
	B	Std. Error		
1 (Constant)	-,031	,118	-,267	,792
ECO	,002	,001	2,222	,034
AGR	,008	,002	3,762	,001
AMB	1,842E-5	,002	,010	,992
EDU	,004	,001	3,007	,005
CIEN	-,003	,002	-1,369	,181
SS	,001	,001	1,171	,251
OP	-,002	,002	-1,085	,286

**Tabela 17** – Teste de Validade ao Modelo 2.1

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	19,726	13	1,517	2,381	,032 <sup>b</sup>
	Residual	15,296	24	,637		
	Total	35,022	37			

**Tabela 18** - Coeficientes estimados no Modelo 2.1

Model	Unstandardized Coefficients		t	Sig.
	B	Std. Error		
1 (Constant)	,090	,258	,348	,731
ECO	-,002	,001	-2,038	,053
AGR	,008	,002	3,298	,003
AMB	-7,214E-5	,002	-,032	,975
EDU	,004	,001	2,559	,017

O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

CIEN	-,003	,003	-1,089	,287
SS	,001	,001	,748	,462
OP	-,002	,002	-,887	,384
AGR^2	-,001	,001	-,539	,595
AMB^2	,000	,001	-,221	,827
EDU^2	,000	,001	-,318	,753
CIEN^2	,000	,002	-,056	,955
SS^2	3,319E-5	,000	,150	,882
OP^2	-6,877E-5	,000	-,144	,886

**Tabela 19** – Teste de Validade ao Modelo 2.2

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	17,697	3	5,899	11,577	,000 <sup>b</sup>
	Residual	17,325	34	,510		
	Total	35,022	37			

**Tabela 20** - Cálculo do R<sup>2</sup> e do Teste de Durbin Watson

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,711 <sup>a</sup>	,505	,462	0,71383%	2,273

**Tabela 21** – Coeficientes estimados para o Modelo 2.2 e Teste de Colinearidade

Model		Unstandardized Coefficients		t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error			Tolerance	VIF
1	(Constant)	-,025	,116	-,216	,830		
	ECO	,002	,001	2,643	,012	,864	1,158

O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

AGR	,006	,001	4,566	,000	,997	1,003
EDU	,004	,001	3,676	,001	,865	1,156

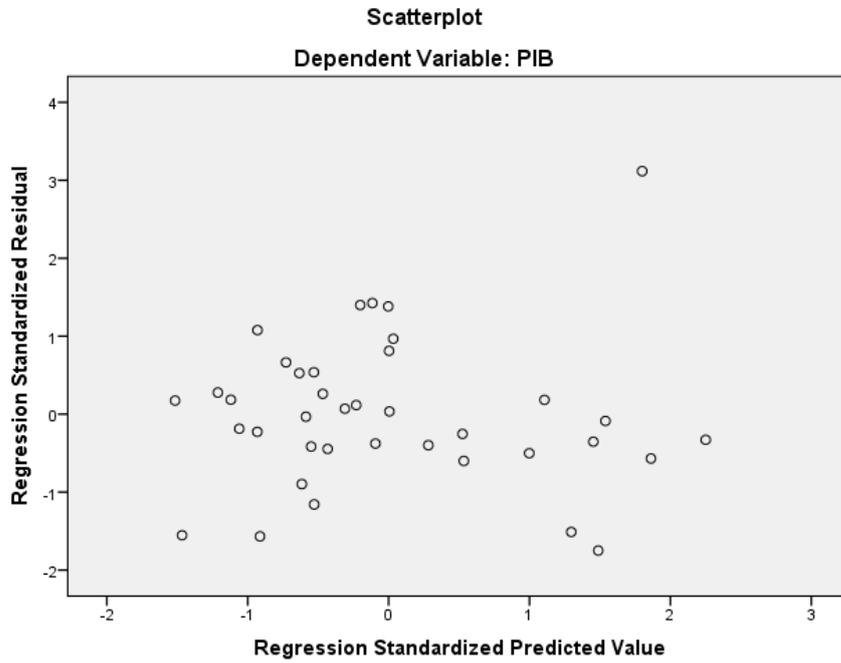
**Tabela 22** – Valor Esperado dos Resíduos do Modelo 2.2

	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Residual	-1,24867%	2,22526%	0,00000%	0,68428%	38

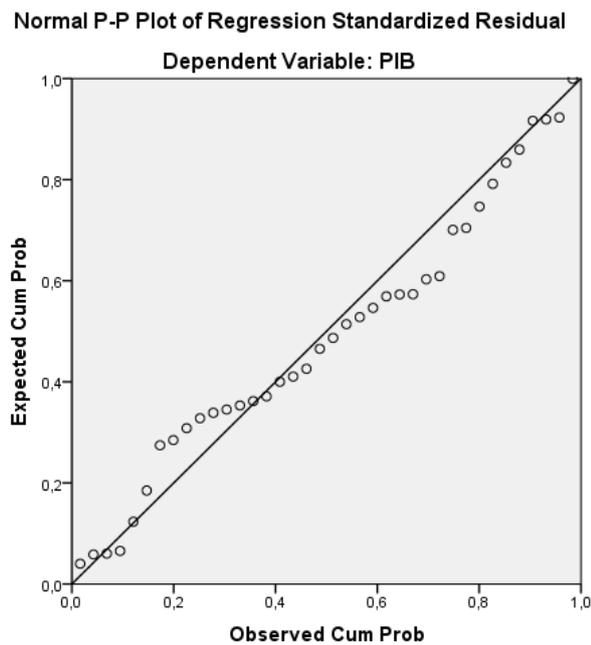
**Tabela 23** - Correlações entre as Variáveis Independentes para o Modelo 2.2

		ECO	AGR	EDU	Unstandardized Residual
ECO	Pearson Correlation	1	,044	,366*	,000
	Sig. (2-tailed)		,792	,024	1,000
	N	38	38	38	38
AGR	Pearson Correlation	,044	1	-,014	,000
	Sig. (2-tailed)	,792		,934	1,000
	N	38	38	38	38
EDU	Pearson Correlation	,366*	-,014	1	,000
	Sig. (2-tailed)	,024	,934		1,000
	N	38	38	38	38
Unstandardized Residual	Pearson Correlation	,000	,000	,000	1
	Sig. (2-tailed)	1,000	1,000	1,000	
	N	38	38	38	38

**Figura 14** – Gráfico dos Resíduos Estandarizados do Modelo 2.2



**Figura 15** - Gráfico dos Resíduos do Modelo 2.2



**Tabela 24** - Teste à Normalidade dos Resíduos do Modelo 2.2

	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>		
	Statistic	df	Sig.
Standardized Residual	,123	38	,155

**Tabela 25** – Teste de Validade ao Modelo 3

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	18,797	7	2,685	3,428	,008 <sup>b</sup>
	Residual	23,503	30	,783		
	Total	42,300	37			

**Tabela 26** - Cálculo do R<sup>2</sup> do Modelo 3

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,667 <sup>a</sup>	,444	,315	0,885118%

**Tabela 27** – Coeficientes estimados para o Modelo 3

Model		Unstandardized Coefficients		t	Sig.
		B	Std. Error		
1	(Constant)	-,045	,144	-,314	,755
	ECO	,000	,001	,304	,763
	AGR	-,002	,002	-,969	,340
	AMB	-,006	,002	-2,656	,013
	EDU	,003	,002	1,994	,055
	CIEN	-,004	,003	-1,526	,137
	SS	-3,687E-5	,001	-,033	,974
	OP	4,641E-5	,002	,024	,981

**Tabela 28** – Teste de Validade ao Modelo 3.1

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	27,405	14	1,957	3,022	,009 <sup>b</sup>
	Residual	14,896	23	,648		
	Total	42,300	37			

**Tabela 29** – Coeficientes Estimados para o Modelo 3.1

Model		Unstandardized Coefficients		t	Sig.
		B	Std. Error		
1	(Constant)	-,402	,272	-1,479	,153
	ECO	,000	,001	,423	,676
	AGR	-,001	,003	-,508	,617
	AMB	-,008	,002	-3,362	,003
	EDU	,005	,002	3,220	,004
	CIEN	-,008	,003	-2,873	,009
	SS	,001	,001	,679	,504
	OP	,000	,002	-,174	,863
	AGR^2	-9,602E-5	,002	-,061	,952
	AMB^2	,003	,001	3,130	,005
	EDU^2	,001	,001	,984	,335
	CIEN^2	,000	,003	-,192	,850
	SS^2	,000	,000	2,013	,056
	OP^2	-,001	,001	-1,668	,109
	ECO^2	,000	,000	,469	,644

**Tabela 30** – Teste de Validade ao Modelo 3.2

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
-------	--	----------------	----	-------------	---	------

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

1	Regression	26,723	10	2,672	4,632	,001 <sup>b</sup>
	Residual	15,577	27	,577		
	Total	42,300	37			

**Tabela 31** – Cálculo do Valor Esperado dos Resíduos para o Modelo 3.2

	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Residual	-1,168800%	2,468071%	0,000000%	0,648855%	38

**Figura 16** – Correlação entre as Variáveis Independentes para o Modelo 3.2

		AMB	EDU	CIEN	SS	OP	AMB^2	EDU^2	CIEN^2	SS^2	OP^2	Unstandardized Residual
AMB	Pearson Correlation	1	,514**	-,098	,248	,435**	-,067	-,283	-,059	-,048	-,242	,000
	Sig. (2-tailed)		,001	,557	,134	,006	,689	,085	,726	,776	,143	1,000
	N	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
EDU	Pearson Correlation	,514**	1	-,006	,268	,412*	-,308	-,232	,048	-,085	-,122	,000
	Sig. (2-tailed)	,001		,973	,104	,010	,060	,161	,773	,612	,464	1,000
	N	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
CIEN	Pearson Correlation	-,098	-,006	1	,287	,220	,198	,129	,159	,136	,011	,000
	Sig. (2-tailed)	,557	,973		,080	,184	,232	,439	,339	,415	,948	1,000
	N	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
SS	Pearson Correlation	,248	,268	,287	1	,636**	-,263	-,228	,092	,000	-,189	,000
	Sig. (2-tailed)	,134	,104	,080		,000	,111	,169	,583	1,000	,255	1,000
	N	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
OP	Pearson Correlation	,435**	,412*	,220	,636**	1	-,203	-,116	,042	-,088	-,186	,000
	Sig. (2-tailed)	,006	,010	,184	,000		,222	,490	,801	,597	,262	1,000
	N	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
AMB^2	Pearson Correlation	-,067	-,308	,198	-,263	-,203	1	,050	-,095	-,005	,142	,000
	Sig. (2-tailed)	,689	,060	,232	,111	,222		,768	,571	,975	,394	1,000
	N	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
EDU^2	Pearson Correlation	-,283	-,232	,129	-,228	-,116	,050	1	-,184	,028	,228	,000
	Sig. (2-tailed)	,085	,161	,439	,169	,490	,768		,269	,866	,168	1,000
	N	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
CIEN^2	Pearson Correlation	-,059	,048	,159	,092	,042	-,095	-,184	1	,057	-,033	,000
	Sig. (2-tailed)	,726	,773	,339	,583	,801	,571	,269		,736	,842	1,000
	N	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
SS^2	Pearson Correlation	-,048	-,085	,136	,000	-,088	-,005	,028	,057	1	,486**	,000
	Sig. (2-tailed)	,776	,612	,415	1,000	,597	,975	,866	,736		,002	1,000
	N	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
OP^2	Pearson Correlation	-,242	-,122	,011	-,189	-,186	,142	,228	-,033	,486**	1	,000
	Sig. (2-tailed)	,143	,464	,948	,255	,262	,394	,168	,842	,002		1,000
	N	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
Unstandardized Residual	Pearson Correlation	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	1
	Sig. (2-tailed)	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	
	N	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38

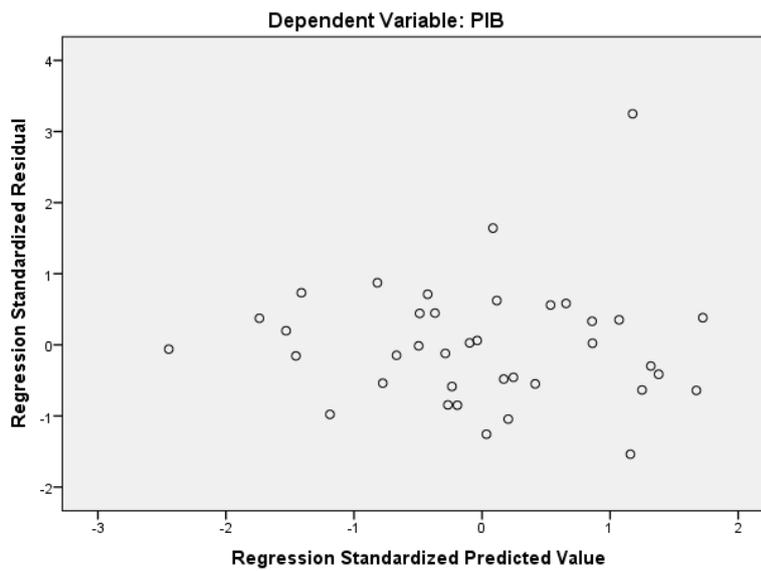
\*\* Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

\* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

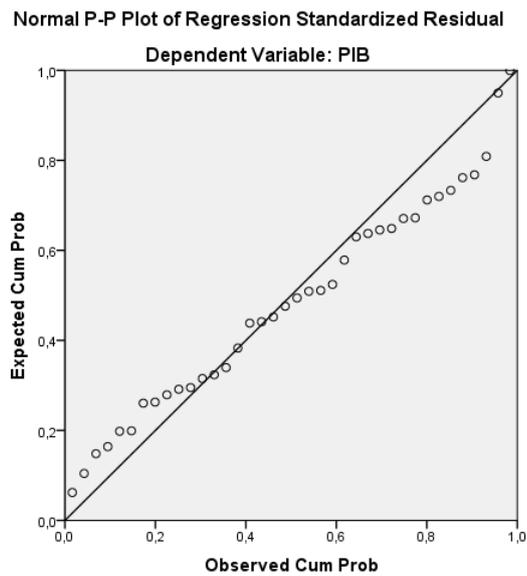
**Tabela 32** - Cálculo do  $R^2$  e Teste de Durbin Watson ao Modelo 3.2

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,795 <sup>a</sup>	,632	,495	0,759568%	1,921

**Figura 17** - Gráfico dos Resíduos Estandarizados do Modelo 3.2



**Figura 18** - Gráfico dos Resíduos do Modelo 3.2



**Tabela 33** - Teste à Normalidade dos Resíduos do Modelo 3.2

	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>		
	Statistic	df	Sig.
Standardized Residual	,117	38	,200*

**Tabela 34** – Coeficientes Estimados e Teste de Colinearidade para o Modelo 3.2

Model		Unstandardized Coefficients		t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error			Tolerance	VIF
1	(Constant)	-,339	,217	-1,563	,130		
	AMB	-,009	,002	-5,157	,000	,569	1,757
	EDU	,005	,001	4,457	,000	,606	1,650
	CIEN	-,009	,002	-3,978	,000	,701	1,427
	SS	,001	,001	,845	,406	,500	2,000
	OP	,000	,001	-,169	,867	,471	2,122
	AMB^2	,003	,001	3,303	,003	,719	1,392
	EDU^2	,000	,001	,855	,400	,765	1,307
	CIEN^2	-,001	,002	-,584	,564	,902	1,108
	SS^2	,000	,000	2,137	,042	,695	1,439
	OP^2	-,001	,000	-2,152	,041	,645	1,551

**Tabela 35** – Coeficientes Estimados para o Modelo 4

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,140	,228		,613	,544
	ECO	-,002	,001	-,333	-2,527	,017
	AGR	,006	,001	,551	4,511	,000
	EDU	,004	,001	,482	3,676	,001
	Eleições Desfasadas	-,211	,281	-,093	-,750	,459

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

Ideologia Política presente no Governo	-,168	,254	-,081	-,660	,514
--	-------	------	-------	-------	------

a. Dependent Variable: PIB

**Tabela 36 – Coeficientes Estimados para o Modelo 4.1**

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
1 (Constant)	-,095	,381		-,250	,805
AMB	-,008	,002	-,716	-4,117	,000
EDU	,005	,001	,588	3,458	,002
CIEN	-,007	,003	-,404	-2,557	,017
SS	,001	,003	,053	,250	,805
OP	-,001	,002	-,065	-,325	,748
AMB^2	,003	,001	,405	1,987	,058
EDU^2	,000	,001	,064	,386	,703
CIEN^2	-,002	,003	-,094	-,629	,535
SS^2	-,002	,003	-,198	-,931	,361
OP^2	-6,517E-5	,001	-,022	-,101	,920
Eleições Desfasadas	-,165	,454	-,067	-,364	,719
Ideologia Política presente no Governo	,015	,365	,007	,042	,967

a. Dependent Variable: PIB

**Tabela 37 - Teste de Levene e Teste T para a Igualdade de Variâncias e Médias entre Dummy 1 e Investimento Público**

	Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means			
	F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	
	Investimento Público					
	Equal variances assumed	,019	,890	2,613	36	,013
	Equal variances not assumed			2,565	20,552	,018

**Tabela 38** - Valor médio de Investimento Público em função da Ideologia presente no Governo

	Ideologia Política presente no Governo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Investimento Público	0	12	439405358,329	153815061,8679	44402583,6874
	1	26	303769429,555	146483579,9672	28727793,5644

**Tabela 39** - Teste de Mann-Whitney para variável Investimento Público em função da Ideologia presente no Governo

	Investimento Público
Mann-Whitney U	85,000
Wilcoxon W	436,000
Z	-2,230
Asymp. Sig. (2-tailed)	,026
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,025 <sup>b</sup>

**Tabela 40** - Teste de Levene e Teste T para a Igualdade de Variâncias e Médias entre *Dummy 1* e as Áreas da Governação

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means		
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)
		ECO	Equal variances assumed	,371	,546	1,636
	Equal variances not assumed			1,986	34,126	,055
AGR	Equal variances assumed	3,247	,080	2,938	36	,006
	Equal variances not assumed			2,523	15,549	,023
AMB	Equal variances assumed	8,452	,006	2,172	36	,037
	Equal variances not assumed			1,626	12,551	,129
EDU	Equal variances assumed	3,570	,067	-1,078	36	,188

## O Impacto do Contexto Partidário dos Executivos Governativos na Evolução do PIB

	Equal variances not assumed			-1,445	35,045	,057
CIEN	Equal variances assumed	7,083	,012	-4,064	36	,000
	Equal variances not assumed			-4,931	34,087	,000
SS	Equal variances assumed	,322	,574	2,014	36	,052
	Equal variances not assumed			2,114	24,252	,045
OP	Equal variances assumed	,478	,494	2,922	36	,006
	Equal variances not assumed			2,838	20,038	,010

**Tabela 41** - Valor médio de Investimento Público para cada área governativa em função da Ideologia presente no Governo

	Ideologia Política presente no Governo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
ECO	0	12	35073206,816	16144426,4678	4660494,4835
	1	26	20678283,940	28302476,3486	5550572,2763
AGR	0	12	36323513,350	17159852,9229	4953622,8522
	1	26	22635211,765	11275646,4628	2211336,2055
AMB	0	12	30146409,546	26813334,9286	7740343,0694
	1	26	17135305,279	10389943,7224	2037635,6071
EDU	0	12	27033558,145	15046720,8322	4343614,1614
	1	26	40131992,880	40582513,9194	7958885,7841
CIEN	0	12	26568963,587	13223816,9393	3817387,1348
	1	26	55802919,407	23126038,9991	4535389,3896
SS	0	12	4732646,204	2143664,2986	618822,5799
	1	26	3079478,642	2438111,7573	478153,0549
OP	0	12	197007113,410	103461008,7296	29866620,6203
	1	26	96892613,501	95753238,6460	18778755,0902

**Tabela 42** - Teste de Mann-Whitney para as Áreas Governativas em função da Ideologia presente no Governo

	AGR	EDU	CIEN	SS	OP
Mann-Whitney U	79,000	143,000	48,000	84,000	76,000
Wilcoxon W	430,000	221,000	126,000	435,000	427,000
Z	-2,418	-,408	-3,392	-2,261	-2,512
Asymp. Sig. (2-tailed)	,016	,036	,001	,024	,012
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,015 <sup>b</sup>	,035 <sup>b</sup>	,000 <sup>b</sup>	,023 <sup>b</sup>	,011 <sup>b</sup>

**Tabela 43** - Teste de Levene e Teste T para a Igualdade de Variâncias e Médias entre *Dummy 2* e o Investimento Público

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means		
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)
Investimento Público	Equal variances assumed	,058	,810	,748	36	,459
	Equal variances not assumed			,740	13,149	,472